

### A PERMANÊNCIA DAS FORMAS URBANAS

(foto 4.22 da C.M.C.V.; postais 4.23 e 4.24 da Secção de Arqueologia da C.M.C.V.; foto 4.25 da autora)

Fig. 4.22 - Largo da Fonte da Vila numa fotografia dos finais do século XIX.

Fig. 4.23 - Largo da Fonte da Vila num postal da primeira metade da década de 20. É de realçar o trabalho decorativo da fonte que desapareceu poucos anos depois; e a marcação do cunhal no imóvel de gaveto, provavelmente, na tentativa de aproximação ao desenho mais elaborado das casas do largo da Fonte da Vila.

Fig. 4.24 - Largo da Fonte da Vila num postal de cerca de 1929. Gradualmente as janelas de guilhotina foram sendo substituídas.

Fig. 4.25 - Largo da Fonte da Vila, vista actual.



## A PERMANÊNCIA DAS FORMAS URBANAS

(postais 4.26 e 4.28 da Secção de Arqueologia da CMCV; foto 4.27 da autora)

Fig. 4.26 - Rua da Fonte com a torre de menagem ao fundo num postal de 1943/44.

Fig. 4.27 - Vista actual da Rua da Fonte.

Fig. 4.28 - «Aspecto parcial do casario» (encosta da Torrinha) num postal de 1943/44.





## 5. CARACTERIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA

### 5.1 TIPOLOGIAS HABITACIONAIS

A grande maioria dos edifícios presentes na área corresponde a habitações de raiz medieval de construção corrente, a chamada casa anónima, hoje de carácter quase exclusivamente habitacional<sup>1</sup>.

As casas ocupam a totalidade de um lote gótico, rectangular, que varia entre 5 e 7 metros de frente por 10 a 13 metros de profundidade. A dimensão dos lotes mantém-se, de um modo geral, constante em toda a área, excepção feita aos quarteirões mais pequenos e irregulares da concha e nos casos onde parece observar-se uma subdivisão de um lote em dois, construindo-se duas casas que, para a mesma profundidade, têm cerca de metade da frente habitual.

Na área mais próxima da igreja de Santa Maria surgem alguns lotes de maior dimensão, correspondentes a situações tipológicas diferenciadas e mais tardias, como são exemplo algumas habitações burguesas nas ruas Nova e do Mercado e no largo da Fonte da Vila.

De um modo geral, a linguagem arquitectónica é estilisticamente pobre, correspondendo a habitações de gente humilde: não há platibandas, cunhais de alhetas ou outros elementos compositivos de maior significado, do mesmo modo que os telhados, na sua forma mais simples, nunca se intersectam. Os paramentos são lisos, numa predominância do cheio sobre o vazio dos vãos que os pontuam, onde as guarnições em cantaria são, na maioria das vezes, os únicos elementos que lhes emprestam alguma nobreza. Trata-se basicamente de uma arquitectura formalmente simples que, para dar resposta a preocupações de ordem estética, recorre a elementos de baixo custo, como os sub-beirados em vez de cornijas ou as molduras argamassadas em vez de cantarias.

#### 5.1.1 O Interior

Condicionada pelas características do lote, uma tipologia arquitectónica surge repetidamente por todo o conjunto. A frente estreita impõe um sistema distributivo em escada de tiro lateral e uma estrutura interna bipartida, com compartimentos privilegiados que dão para a rua e outros, na parte posterior, para o interior do quarteirão.

---

<sup>1</sup> Como auxiliares à caracterização arquitectónica da área consultem-se as plantas das figuras 5.1 e 5.2.

- **Tipologia Tipo**

Tomemos como exemplo uma habitação da rua da Judiaria para definirmos a tipologia mais corrente e cujas características podem ser generalizadas ao conjunto<sup>2</sup>.

A casa, de três pisos, fica ladeada por outras duas, ocupando um lote de 5m de fachada para a rua da Judiaria por 11,5m de profundidade. O alçado tardo é completamente cego, embora não seja contíguo a outro edifício.

Teria tido a casa inicialmente dois pisos? É provável, tanto mais que muitas naquela rua ainda o têm; no entanto, no estado actual em que se encontra, toda caiada e sem sinais exteriores que o confirmem, não é possível encontrar vestígios, por exemplo, do alteamento posterior das alvenarias ou de um anterior fumeiro no piso intermédio.

No piso térreo situa-se a loja, com o compartimento de entrada acedido pela porta dupla e ao fundo deste, dois outros compartimentos, completamente interiores.

Acedida pela porta estreita, a escada de tiro lança-se perpendicularmente à fachada, onde o primeiro degrau-patim permite a comunicação da habitação com a loja. Subidos 11 degraus, chegamos ao patamar do primeiro piso onde, por uma porta dupla, se acede a uma sala ampla, correspondente à loja em baixo e com uma janela para a rua. Esta sala, por sua vez, dá acesso a duas pequenas alcovas que se acomodam na metade traseira da habitação, sem ventilação nem iluminação naturais.

O segundo lance de escadas continua na direcção do primeiro e dá acesso ao segundo piso, entrando-se para a cozinha, espaço que fica por cima das alcovas anteriores. O fumeiro, de grandes dimensões, é a presença dominante deste espaço, situando-se contíguo e perpendicular ao alçado tardo. A cozinha, à semelhança dos quartos em baixo, não possui janelas rasgadas para o interior do quartoirão.

Sobre a sala do primeiro piso fica então uma outra, de iguais dimensões, com uma pequena janela enquadrada por duas namoradeiras e à qual se acede pela

---

<sup>2</sup> Diversas razões levaram à escolha desta habitação como objecto de estudo mais aprofundado: fica numa das ruas mais antigas de toda a área, a rua da Judiaria, pertencendo, sem dúvida, ao núcleo judaico que, antes da expulsão, se estabeleceu em Castelo de Vide; encontra-se desabitada e em mau estado de conservação, o que significa que não foi remexida mais recentemente, conservando ainda consigo as características mais genuínas da arquitectura e construção da zona.

A habitação, assinalada com o nº1 na figura 5.5, encontra-se representada graficamente nas figuras 5.3 (plantas, cortes e alçados) e 5.4 (axonometria).

cozinha. O tecto deste último piso é já a própria cobertura, de uma água, em telhado de telha vã. A inclinação desce para a fachada da sala, tendo a cozinha um pé-direito mais elevado. Tal característica não podia deixar de ser aproveitada e por isso, parte do compartimento recebeu um sobrado de madeira, onde se armazenam, por exemplo, as batatas.

Também os vãos da escada são aproveitados no piso térreo e no 1º andar para pequenas áreas de arrumos, neste último caso com a duplicação dos primeiros degraus que servem de prateleiras, num espaço que tradicionalmente é designado por despensa castelovidense.

Algumas variantes à tipologia descrita colocam a escada sempre em continuidade vertical, ou seja, o lanço que sobe do primeiro para o segundo piso fica integralmente por cima daquele que sobe do piso térreo para o primeiro. Deste modo, a circulação no piso intermédio é feita sempre por dentro da sala, não podendo esta tipologia servir mais que um fogo, ao contrário da anterior. Uma outra variante menos frequente caracteriza-se pela rotação a 90º do segundo lanço de escadas relativamente ao 1º, funcionando paralelamente à fachada.

A cozinha fica sempre no último piso, quer se acomode na metade posterior da casa, quer se acomode na metade virada para a rua para onde abre janelas. O fumeiro ocupa sempre um papel preponderante no espaço, perpendicular ou paralelo à empena, mas quase nunca se assumindo na fachada<sup>3</sup>. Por vezes, a cozinha é o único compartimento deste último piso, pois a inclinação do telhado não deixa um pé-direito aproveitável na outra parte, à semelhança do que sucede no burgo do castelo<sup>4</sup>.

Com efeito, estas tipologias habitacionais não são de modo algum exclusivas da área em estudo, aparecendo um pouco por toda a vila medieval e mesmo em áreas de ocupação mais recente, como na encosta das Encruzilhadas (séc. XVII / XVIII). Embora não possuam algumas características típicas da maioria das casas alentejanas (um só piso térreo, quintal, chaminé acusada na fachada), provavelmente estão presentes também noutras localidades próximas, marcando acima de tudo uma época e um modo de habitar e construir o espaço comuns.

---

<sup>3</sup> Há, em toda a área, um único exemplo de chaminé acusada na fachada situado na Rua da Judiaria.

<sup>4</sup> A habitação corrente no burgo tem predominantemente dois pisos, sendo o piso térreo em tudo igual ao descrito para a área, e situando-se no primeiro piso a cozinha e a sala, ou apenas a cozinha. Cf. Ana Santos Jorge, *The Old Burgo of Castelo de Vide, Portugal, Safeguard and Conservation*, (dissertação policopiada para obtenção do grau de Mestre), Center for the Conservation of Historic Towns and Buildings, Katholieke Universiteit Leuven, Leuven, 1991, p.75.

- **Relação Urbano-Arquitectónica**

Ao efectuarmos alguns levantamentos no terreno, descobrimos, contudo, algumas variantes mais pronunciadas<sup>5</sup>. Pretendemos essencialmente avaliar dois aspectos:

- o modo como se agruparam e evoluíram as habitações enquanto parte integrante de uma unidade mais vasta (o quarteirão);
- a evolução tipológica, se a houve, entre uma zona mais antiga e outra mais recente, ao descer a encosta.

Relativamente ao primeiro aspecto, notamos que a já referida uniformidade dos lotes se confirma no seu interior. As casas apertam-se umas contra as outras, por vezes encaixando geometrias mais irregulares e partilhando uma parede comum, a meeira.

É interessante notar que, além do alinhamento das fachadas, principais e posteriores, também as paredes internas que lhes são paralelas e bipartem o espaço estão na maioria dos casos alinhadas, exercendo uma *linha de travamento contínua* ao longo do quarteirão, como, por exemplo, na rua da Judiaria. Este facto, que ocorre sem dúvida por exigências construtivas, permite-nos constatar o modo como estas estruturas não funcionam isolada e autonomamente, mas em conjunto, estabelecendo entre elas e o quarteirão a que pertencem relações de interdependência e continuidade.

Para além deste facto, importa referir que algumas habitações evoluíram para o interior do quarteirão, respondendo ao processo normal de densificação. Isto sucede não em quarteirões cuja largura à partida já não o permitia (como aquele situado entre a rua da Fonte e Mestre Jorge), mas noutros menos densos, em lotes que confrontam com logradouros e aos quais foi acrescentado mais um compartimento. Na rua da Judiaria, por exemplo, um dos edifícios cresce mesmo para debaixo do que lhe está ao lado, aproveitando para tal a diferença de cota entre os pisos térreos de ambos, dada pelo declive da rua da Fonte.

Outro aspecto que nos pareceu interessante foi verificar que um dos edifícios dessa mesma rua se prolonga além do alçado posterior cerca de um metro, até

---

<sup>5</sup> Na figura 5.5 pretendemos realçar a relação que se estabelece entre cada lote construído e o todo urbano ao qual pertence. Para tal realizámos os levantamentos do piso térreo nas ruas da Judiaria, Fonte, Mestre Jorge, ruína da Judiaria e largo Dr. Frederico Laranjo, tendo-se acrescentado nas restantes ruas a informação disponível nos processos de obras do arquivo camarário.

Para uma leitura ainda mais significativa da tipologia predominante na área, nos edifícios que sofreram obras de renovação, optámos por introduzir o levantamento anterior às referidas obras, na maioria dos casos, descaracterizadoras do edificado, tendo-se assinalado esses imóveis com um \*.

atingir nova parede de alvenaria<sup>6</sup>. Esta situação leva-nos a questionar se anteriormente não terá havido outras construções do outro lado dessa parede, constituindo esse espaço a comum *travessa de esgotos* que separa duas filas de lotes de um mesmo quarteirão, à semelhança do que acontece no quarteirão confinado pelas ruas da Fonte e Mestre Jorge.

Dado que para a construção do sistema abaluartado foram necessárias grandes movimentações de terra, parece-nos assim possível que aí tenham havido outras construções em data anterior, hipótese que já havíamos colocado antes e que nos leva a considerar esse grande logradouro até à muralha setiscentista como *área de potencial arqueológico*.

No que respeita à *evolução tipológica* notamos, desde já, a regularidade e o ritmo das aberturas dos vãos (estreitos e largos), que se traduzem numa imagem urbana muito peculiar e a constância das escadas de tiro, lançadas perpendicularmente à fachada. Em termos tipológicos, além do que referimos inicialmente sobre a existência de lotes com cerca de metade da frente habitual e que podemos agora constatar com mais clareza, surgiu-nos uma outra tipologia diferenciada e que terá evoluído a partir da mais corrente.

Trata-se de uma espécie de lote “duplo” com uma ou duas portas largas e uma porta estreita, central, pela qual se acede à escada de tiro<sup>7</sup>. Este modelo parece resultar do acrescento à tipologia corrente de mais um lote junto à parede da escada, ficando esta a servir todo o conjunto. Não nos parece, contudo, que este acrescento tenha sido feito *a posteriori*, pelo emparcelamento de dois lotes e a abertura de vãos de ligação interiores, mas antes estarmos em presença de uma tipologia verdadeiramente diferenciada, derivada da primeira e talvez resultante de constrangimentos espaciais no processo de expansão urbana.

Não parece haver, todavia, uma lógica temporal clara de implantação desta tipologia mais tardia, dado que nos aparece quer na rua da Judiaria, quer na zona mais baixa da rua da Fonte.

A evolução tipológica que confirma a expansão urbana de cima para baixo não é também claramente expressa pelo aumento gradual dos lotes: os lotes mais pequenos parecem pertencer à rua e ruína da Judiaria, embora surjam também nas cotas mais baixas das ruas da Fonte e do Mestre Jorge. A exceção, que

---

<sup>6</sup> Referimo-nos à situação assinalada por A na figura 5.5.

<sup>7</sup> Veja-se o nº 2 da figura 5.5.

portanto confirma a regra, está presente no largo da Fonte da Vila e ruas Nova e do Mercado onde, efectivamente, alguns lotes de maior dimensão e a presença de exemplares (raros) de características burguesas indiciam uma ocupação mais tardia<sup>8</sup>.

A casa da família Laranjo (séc.XVII?)<sup>9</sup> situada no largo da Fonte da Vila, é uma situação interessante pois, apesar da proporção harmoniosa dos alçados, com um desenho cuidado dos vãos e a marcação de socos, pilastras e cimalkas, adquire a escala das restantes que povoam a envolvente. Esta integração só é possível pela fragmentação da casa em quatro volumes, cujas frentes, com portas e janelas de dimensões similares ao restante edificado, inflectem ligeiramente entre elas, parecendo constituir, à primeira vista, quatro lotes autónomos de habitação corrente.

Outro exemplar burguês é o palacete do século XVII/XVIII situado na rua Nova e classificado como imóvel de Valor Concelhio<sup>10</sup>. Trata-se de uma tipologia totalmente distinta das anteriores, com um piso nobre (o primeiro) assumidamente marcado no alçado, através de uma composição e uma linguagem arquitectónica esteticamente mais cuidada e erudita, inexistente no resto da área. Curiosamente, o edifício subiu um piso posteriormente, com um pé-direito inferior e mantendo a anterior marcação do beirado como elemento compositivo, o que em nada adulterou a clareza do piso nobre. Interiormente, o grande átrio de entrada onde se localiza a escada que sobe aos pisos habitacionais, faz a distribuição, no piso térreo, para as cavalariças e palheiro à direita e para a adega e arrecadações ao fundo.

### 5.1.2 O Exterior

Enquanto frente urbana, as fachadas dos edifícios fazem a transição entre o espaço público da rua e o privado do edifício e são aqui subjugadas pela sua estrutura interna, reflectindo-a completamente. A ambivalência funcional da habitação corrente, descobre-se, assim, na assimetria da sua fachada, onde a loja é acedida por uma porta larga e a habitação, a partir do primeiro piso, por uma

---

<sup>8</sup> Veja-se na planta da figura 5.1 a localização das habitações burguesas, nas proximidades do antigo Rossio. A leitura da evolução urbana estará também presente nos diversos elementos arquitectónicos e compositivos, que definem a imagem exterior do edificado, como veremos.

<sup>9</sup> Veja-se o nº 4 da figura 5.5 e a figura 5.9.

<sup>10</sup> Veja-se o nº 5 da figura 5.5 e a figura 5.8

estreita<sup>11</sup>. Esta situação, ocorre em praticamente todas as casas do bairro, cuja vivência multifuncional teria sido, sem dúvida, diferente da dos dias de hoje.

Quando os arruamentos são inclinados a porta da habitação fica normalmente na cota mais alta, ganhando, logo na rua, alguma altura para vencer o pé-direito da loja, ajudada por vezes com alguns degraus exteriores que antecedem a soleira.

O piso térreo fica assim quase preenchido pelos dois vãos de porta numa predominância do vazio sobre o cheio, precisamente contrária à percepção que temos dos restantes pisos; no entanto, dado o declive dos arruamentos, o alinhamento desvanece-se e o ritmo regular dos vãos perde a força que tem em ruas mais planas, como acontece, por exemplo, na rua de Baixo, no arrabalde Sul.

Sem tantos constrangimentos funcionais, o grau de liberdade da fachada aumenta nos pisos superiores, abrindo-se vãos de janela sem preocupações de alinhamentos ou semelhança nas dimensões. No piso intermédio existem, normalmente, duas janelas sobre as duas portas ou apenas uma sobre a porta dupla ou centrada na fachada. No último piso é frequente a percepção do pé-direito mais baixo e uma ou duas janelas de menores dimensões.

De um modo geral, a fachada traduz uma hierarquia compositiva, expressa muitas vezes da forma mais simples, unicamente pelo diminuir da dimensão e nobreza dos vãos dos diversos pisos: portas, janelas de sacada e janelas de peito<sup>12</sup>. No piso intermédio, as janelas são relativamente amplas, desenhadas com alguma largueza, renunciando o que virá a ser o piso nobre da habitação burguesa. No superior, as dimensões mais reduzidas das janelas secundarizam a importância deste piso, mas também as expressivas molduras em granito, por vezes trabalhado, são aqui substituídas por outras mais pobres em argamassa.

Esta hierarquia é, contudo, mais um reflexo da evolução das construções, com sucessivos alteamentos desfasados no tempo, do que uma intenção voluntária de um todo compositivo. Mesmo nos raros casos onde diversos elementos, como os socos, cunhais, pilastras e cornijas, contribuem para a definição de um embasamento, um corpo e um remate, o evoluir da construção irá reforçar essa hierarquia, como o último piso do palacete da rua Nova, posterior à construção original<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Como se pode verificar na figura 5.7.

<sup>12</sup> Como se constata, por exemplo, no largo da Fonte da Vila (figura 5.10).

<sup>13</sup> Veja-se a figura 5.8

Dada a configuração dos quarteirões, as casas encostam-se costas com costas, ou estabelecendo uma estreita travessa entre elas, sendo raras as que têm duas frentes urbanas. O alçado tardo é, por isso, normalmente cego ou possui pequenas aberturas de ventilação e iluminação sem cantarias ou molduras assinaladas<sup>14</sup>.

Os edifícios de gaveto viram-se nitidamente para uma das ruas e a composição da fachada é mais livre, variando consoante a modelação do terreno e a sua estruturação interna, na maioria dos casos, possuindo portas para ambas as ruas, em diferentes pisos.

- **Revestimentos dos Paramentos**

Os paramentos exteriores são hoje, na sua grande maioria, rebocados e pintados de branco, contrastando com o escuro dos vazios dos vãos. Proliferam os rebocos de cimento e as tintas comerciais, mesmo nas habitações que possuem alvenarias antigas, que são a maioria. Nalguns imóveis perduram ainda os rebocos de cal, embora já pintados a tinta, *«para não ter de se cair todos os anos!»*. Resistem, contudo, habitações com o revestimento tradicional onde, por vezes, até as próprias guarnições de cantaria são caiadas<sup>15</sup>.

Os socos surgem mais frequentemente a caminho da zona baixa. Nunca são em pedra, visto as construções serem humildes e, na sua maioria, são executados em argamassa ligeiramente saliente relativamente ao paramento. Cumprem assim uma função protectora das paredes, contra as agressões físicas e a ascensão de humidades, ao mesmo tempo que servem uma função estética e decorativa na transição dos planos dos pavimentos com as paredes, pelo facto de serem pintados com uma cor diferente destas. É interessante notar que existem diversas casas onde os socos são complanares com os paramentos mas que não prescindem da função estética, estando assinalados apenas com uma pintura de cor diferente.

A mesma situação ocorre com as pilastras executadas em argamassa saliente ou, por vezes, diferenciadas unicamente pela pintura. Nalguns casos as pilastras não são acusadas e as casas prolongam-se umas a seguir às outras, num branco contínuo de cal pontuado pelos vãos, numa imagem mais colectiva e, certamente, mais próxima da medieval<sup>16</sup>. Todavia, a sua marcação é actualmente dominante,

---

<sup>14</sup> Veja-se a figura 5.13.

<sup>15</sup> Veja-se a figura 5.19.

<sup>16</sup> Comparem-se, por exemplo, as figuras 5.10 e 5.12.

distinguindo claramente os vários edifícios, por vezes com o desenho fingido da estereotomia da pedra.

À excepção dos casos onde as pilastras assumem claramente uma marcação individual da propriedade, de especial prática a partir do século XVIII, como é exemplo o palacete da rua Nova, a sua marcação na generalidade das construções reflecte uma atitude mais recente, provavelmente já deste século. Afirmamos isto porque, em diversos exemplos, a sua marcação, na resposta a uma função puramente estética, faz-se em locais onde é impossível que uma pilastra pudesse existir, como na figura 5.11, sobre a verga da porta, lado a lado da que corresponde, de facto, à separação dos dois edifícios.

Esta situação, frequente também na restante ocupação urbana medieval da vila, acontece porque, como vimos, uma só parede meeira é partilhada por duas habitações, facto que se justifica pela economia que representava a construção de menos uma parede. No entanto, a economia vai ao ponto de alinhar a ombreira da porta estreita por baixo da parede meeira, particularidade esta resultante, sem dúvida, da necessidade de ganhar espaço interiormente: como a largura da escada de tiro é normalmente a mesma da porta, os cerca de 30cm da cantaria não lhe roubam espaço, situação que nos indicia, contudo, algum constrangimento espacial na ocupação urbana.

Os cunhais raramente são marcados e nos poucos exemplos em que tal sucede, nomeadamente nas habitações burguesas, procede-se a um relevo ligeiramente saliente, de cor diferente, por vezes fingindo a estereotomia da pedra.

Nalguns edifícios é visível a linha de marcação do piso, com um cordão contínuo em argamassa saliente, demarcando o segundo piso do terceiro, reveladora, em muitos casos, do local onde anteriormente assentava o beirado, antes do número de pisos ter aumentado.

As cornijas que rematam as paredes têm perfis simples, muitas vezes apenas rectangulares, outras com bocel. São pintadas da mesma cor dos socos, cunhais e pilastras, quando os há e fazem o assentamento do beirado em telha de canudo. Em casas onde não existam, é frequente o remate das paredes possuir um sub-beirado.

Socos, pilastras, cunhais e cornijas são predominantemente pintados de cor ocre, cinza, creme, ou no tom de imitação do granito<sup>17</sup>. À medida que se caminha para a Fonte da Vila ou para a igreja de Santa Maria, as casas apresentam não só maior número de pisos como também uma maior frequência destes elementos compositivos e ainda uma diferença substancial no desenho dos vãos, o que confirma o processo de expansão de cima para baixo.

- **Vãos**

Na rua da Judiaria e no cimo das ruas da Fonte e do Mestre Jorge predominam as guarnições de portas em arco ogival, com espessas cantarias, frequentemente de aresta chanfrada e, por vezes, com impostas trabalhadas decorativamente. A sua predominância na zona mais alta vai-se diluindo progressivamente à medida que caminhamos para a Fonte e para a igreja de Santa Maria, onde nos surgem unicamente vãos de porta com verga horizontal e, em muitos casos, de molduras em argamassa<sup>18</sup>.

Também as guarnições das janelas de peito são diversificadas, com alguns exemplares de granito em arco ogival, por vezes ladeadas de cachorros também nesta pedra, mas a grande maioria com verga horizontal. Outros casos há que não apresentam nenhuma<sup>19</sup>. De um modo geral, as guarnições são expressivas mas não trabalhadas e, à medida que se desce, vão-nos surgindo exemplares com sobreverga, já do século XVI e outras, mesmo no primeiro piso, de molduras argamassadas e pintadas, onde predominam os ocres e os amarelos.

As janelas têm uma componente vertical dominante, mas as suas dimensões variam muito em toda a área, não se percebendo uma evolução temporal. No entanto, na zona mais baixa, surgem com frequência pequenos óculos de iluminação das escadas e algumas janelas de sacada no primeiro piso, de pequena consola e guardas em ferro forjado, de desenho simples (largo da Fonte da Vila). Em variados casos rasgou-se a janela do último piso, que apresenta uma varanda mais ou menos saliente e, por vezes, de construção nitidamente recente (rua da Judiaria, rua Nova).

---

<sup>17</sup> Na figura 5.14 apresenta-se aquela que é actualmente a paleta de cores à base de pigmentos tradicionais, no que se refere aos paramentos, vãos e coberturas. Não considerámos, no entanto, algumas cores que detectámos existirem por baixo de outras, nomeadamente o vermelho nos paramentos actualmente caiados de branco.

<sup>18</sup> Variados tipos de vãos de portas e janelas são apresentados nas figuras 5.15 a 5.22.

<sup>19</sup> Como no forno comunitário da rua do Mercado (figura 6.9).

Portas e janelas terão sido diversas vezes substituídas, nalguns casos utilizando materiais e desenhos discrepantes da arquitectura tradicional da região (aluminios, vidros martelados, etc.), não assumindo ainda dimensões alarmantes.

As portas mais antigas são de madeira maciça pintada, de duas folhas a da loja ( $\approx 1.20\text{m}$ ) e uma a da habitação ( $\approx 0.90\text{m}$ ). Têm frequentemente um ou dois postigos, unicamente de madeira ou com uma decoração em ferro forjado, permitindo a iluminação interior. As cores mais utilizadas são hoje, o sangue de boi, o castanho e o verde escuro.

As janelas de madeira são, na sua maioria, de duas folhas giratórias de batente central, abrindo para fora ou para dentro e estão colocadas à face exterior. As folhas são subdivididas horizontalmente em duas vidraças, nas mais pequenas, e em três, nas maiores, predominando sempre a componente vertical. São já raras as janelas de guilhotina e as que possuem bandeira (largo da Fonte da Vila), embora em fotografias antigas apareçam com mais frequência. Os aros são pintados, geralmente, da cor das portas, contrastando com os caixilhos brancos.

São frequentes as portadas interiores pintadas, como elemento de obscurecimento, embora infelizmente existam também persianas de réguas de PVC, com caixas de enrolamento exterior, constituindo elementos claramente dissonantes.

- **Coberturas**

As coberturas presentes na área são em telhado de 1 ou 2 águas, de reduzida pendente (cerca de 30%), com a cumeeira paralela à fachada e sem guarda-fogos. Alguns telhados, refeitos ao longo dos tempos, substituíram as telhas tradicionais por telhas lusas ou marselhas.

Estes tipos de telhas, de encaixe mais elaborado que as tradicionais mouriscas, permitem uma execução mais rápida, maior qualidade no acabamento e maior facilidade de escoamento das águas, razões pelas quais são por vezes preferidas. Contrariamente, além de prestações estéticas inferiores, não permitem dar, pela sua rigidez, uma resposta tão eficaz à irregularidade geométrica da área a cobrir quanto as tradicionais.

Especialmente a partir dos anos 80 introduziram-se na área as telhas de canal romano<sup>20</sup>, com vantagens relativamente às anteriores: adaptam-se bem às geometrias irregulares dos lotes por possibilitar o maior ou menor ajustamento das

---

<sup>20</sup> Os romanos utilizavam telhas de canal plano, designadas por Tégulas e cobertores curvos, designados por Imbrices.

capas e permitem um escoamento mais fácil das águas em relação às mouriscas, por terem um canal mais largo. No entanto, necessitam de mais argamassa que estas, no encaixe recto dos canais com a curvatura das capas, aumentando consideravelmente o peso da cobertura, além de que, esteticamente resultam pior, nomeadamente, no beirado.

As chaminés, normalmente de dimensões significativas, sobem acima das cumeeiras, umas vezes paralelamente, outras perpendicularmente a elas. Existem diversos modelos de chaminé de fumeiro, algumas verdadeiramente interessantes, constituindo mesmo um particularismo local<sup>21</sup>.

Os edifícios de gaveto repetem normalmente a tipologia corrente, assumindo a fachada para a rua principal e, para a rua secundária, a empena triangular, que pode ter também entradas. Assim acontece na Rua do Mercado, mais importante em relação às ruas que a cruzam e para a qual se posicionam as fachadas<sup>22</sup>.

Na Rua da Judiaria a situação é, no entanto, ambígua: duas casas viram-lhe a empena, tendo acesso pelas ruas do Mestre Jorge e da Fonte e as restantes alinham-se ao longo da rua que lhes dá acesso<sup>23</sup>. Esta situação confere novamente a esta rua um carácter diferenciado, reforçado também pelo contraste das cérceas de um e outro lado da rua e pela ambiguidade do próprio edifício que faz esquina com a rua da Fonte, o qual é tradicionalmente conhecido por sinagoga medieval.

## 5.2 EDIFÍCIOS SINGULARES

A exiguidade dos fogos era compensada pelo recurso da população a determinados equipamentos urbanos ao serviço da comunidade, que, à semelhança dos bairros cristãos, as judiarias também possuíam. Fornos, lagares, açougues, no ramo alimentar ou estalagens, confrarias, gafarias, etc, visando dar resposta a um outro tipo de necessidades, existiam em várias judiarias espalhadas pelo país.

No entanto, quando as comunidades eram pequenas, os equipamentos podiam ser partilhados com a população cristã, uma vez que respondiam a necessidades comuns: os próprios balneários, *mikvah*, essenciais para os banhos rituais de purificação, ou o açougue, para a matança ritual dos animais, podiam ser

---

<sup>21</sup> Vejam-se nas figuras 5.23 a 5.26 alguns exemplares de chaminés de fumeiro que ainda resistem às transformações mais recentes no edificado.

<sup>22</sup> É interessante notar que, para se "voltar" para a Rua do Mercado, a habitação que faz esquina com a rua Diogo Belo inverte a largura com a profundidade fazendo da sua maior dimensão o alçado principal. Esta habitação é totalmente nova; porém, pela análise do respectivo processo camarário, constata-se que já a anterior tinha esta particularidade.

<sup>23</sup> Recordem-se os perfis longitudinais desta rua na figura 4.6.

partilhados com cristãos, desde que em dias e horários diferenciados. A exceção dizia respeito, unicamente, aos equipamentos específicos da comunidade ligados ao culto religioso, como a sinagoga e o cemitério.

### 5.2.1 A Sinagoga

Segundo diversos autores, a instituição sinagoga, remontando tradicionalmente ao tempo de Abraão e Moisés, terá sido grandemente difundida com a Diáspora, após a destruição do Templo de Salomão, em 585 A.C. Não sendo apenas um local de culto mas um verdadeiro centro comunitário, a sinagoga constituiu na Diáspora o ponto fulcral do encontro dos Judeus, nas várias vertentes da vida da comunidade, uma vez que nela podia funcionar o templo, o tribunal, a câmara de vereação, a escola e os banhos rituais.

Derivada do grego *sunagoge*, que significa *congregação* ou *assembleia*, a sinagoga tem de facto um carácter essencialmente congregacional e espiritual, estabelecendo-se em qualquer pequena comunidade, sem que para isso necessite de um edifício tipologicamente específico, bastando apenas para a celebração do serviço religioso a participação de um mínimo de 10 homens adultos, o *minyán*. Este facto permite, talvez, explicar a coexistência na Idade Média de várias tipologias de sinagoga, variando consoante o local, a comunidade onde está inserida e a época de construção<sup>24</sup>.

No entanto, a *Halahah*, extraída da *Torah*<sup>25</sup>, define alguns preceitos a que a construção da sinagoga deve obedecer. O edifício deve orientar-se para Nascente (Jerusalém), situar-se no sítio mais elevado, próximo de leitões de água e ser também o mais alto entre os restantes. Na parede Nascente fica situado o *ehal* ou Arca da Aliança, uma espécie de armário onde se guardam os rolos da *Torah*<sup>26</sup>. A entrada é feita na parede oposta à anterior, sendo precedida por uma antecâmara.

---

<sup>24</sup> A confirmá-lo estão, por exemplo, as sinagogas medievais de Tomar e Valência de Alcântara, de planta quadrangular e peristilo central ou a sinagoga del Tránsito em Toledo, de planta rectangular de nave única, como rectangular é também a sinagoga portuguesa em Amsterdão, de três naves e construção mais tardia (séc. XVII). Além da tipologia, a arquitectura exterior e interior e a decoração são também muito variadas, reflectindo a comunidade onde está inserida, como se pode constatar nas diversas sinagogas sefarditas que se apresentam nas figuras 5.27 a 5.37.

Sobre os diversos modelos arquitectónicos das sinagogas veja-se o artigo de Graça Bachmann, «A Arquitectura das Sinagogas» in *Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1994, pp.36-45; e Carol Krinsky, *Synagogues of Europe*, 2ª Ed., Cambridge, Massachusetts and London, England, The MIT Press, 1985;

Também sobre o espaço sinagoga encontram-se outros estudos mais específicos, por exemplo, em Carmen Balesteros, «A Sinagoga Medieval de Évora» in *A Cidade de Évora, Revista de Cultura da Câmara Municipal*, nº1, 2ª série, C. M. Évora, 1994-1995; ou Carmen Balesteros; Jorge Oliveira, *A Sinagoga de Valência de Alcântara – Cáceres*, Sep. de *Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº4, C. M. Marvão, 1994.

<sup>25</sup> A *Torah* é composta pelos cinco primeiros livros da Bíblia (Pentateuco), contendo os 613 mandamentos da Lei, constituindo o elemento fulcral da religiosidade judaica (figura 5.30). O Judaísmo rege-se igualmente pelo Talmude, o livro de leis do séc.VI, proveniente das discussões da *Torah*.

<sup>26</sup> O *ehal* pode também adquirir variadas formas, como constatamos pelos exemplos das figuras 5.27, 5.31 e 5.32.

A iluminação é feita por 12 janelas (simbolizando provavelmente as 12 tribos) e a *Torah* é lida sobre a *tebah* ou *bimah*, uma espécie de estrado de madeira, simbolizando o monte Sinai, onde Moisés recebeu as Tábuas da Lei e sobre a qual se dizem as orações e a leitura da Lei<sup>27</sup>.

Vemos que as prescrições deixam indefinidas muitas questões arquitectónicas, como a geometria do espaço, dimensões, materiais, estilo arquitectónico e decorativo e até o próprio espaço reservado às mulheres que, no culto ortodoxo, deveria ser separado do dos homens e com acesso independente, situando-se normalmente num balcão sobreelevado ou numa sala contígua. Tais indefinições permitem interpretações diferenciadas do espaço, estando provavelmente na origem e evolução dos diversos modelos de sinagoga que se conhecem.

Ainda assim e já falando para o caso português, pensamos que nem sempre estas regras eram integralmente cumpridas mas apenas na medida das possibilidades, dado que se tratava de uma minoria religiosa sujeita a condicionamentos e restrições por parte da maioria cristã. E se bem que a localização do *ehal* na parede Nascente da sinagoga fosse um preceito relativamente simples de obedecer, já o mesmo não se passaria quanto à altura do edifício, ao seu acesso ou à sua localização na cota mais elevada.

A decoração da sinagoga só podia contemplar motivos abstractos e vegetalistas, sendo totalmente proibidas as representações humanas, pois o judeu apenas presta culto ao Deus único e verdadeiro, que não pode ser representado em imagens mas apenas venerado em espírito. Eram assim utilizados símbolos relacionados com o Judaísmo, nomeadamente a estrela de David, a *menorah* (candelabro de sete braços), o *shofar* (instrumento em chifre de carneiro tocado em algumas festas religiosas), etc., bem como variadas inscrições em hebraico<sup>28</sup>.

Em Tomar, a única sinagoga medieval portuguesa construída de raiz que chegou até nós apresenta uma planta aproximadamente quadrada e peristilo central formado por quatro colunas. Esta tipologia, proveniente da Europa de Leste, prende-se com o conceito do serviço litúrgico centralizado<sup>29</sup> em que os fiéis se

---

<sup>27</sup> Cf. Graça Bachmann, *ob. cit.*, p.36.

<sup>28</sup> Apesar das restrições decorativas, a sinagoga podia ser grandiosa e deslumbrante, profusamente iluminada, como parece ter sido a sinagoga grande de Lisboa, segundo a descrição de Jerónimo Munzer (1494), e na qual herda a viúva de Nacym Fayam «3 lugares de seda»: «(...) O interior, ornamentado com extrema beleza, tem uma cátedra ou púlpito para a pregação, no estilo do das mesquitas; ardem nela dez enormes candelabros com cinquenta ou sessenta luzes cada um, além de outras muitas lâmpadas, e as mulheres estão colocadas em lugar separado do dos homens, alumiado, de igual modo, com profusão de luzes». Aida Gisela das Neves Faria, *Análise Socio-económica das Comunhas Judaicas em Portugal (1439-1496)*, (dissertação policopiada), Faculdade de Letras, Lisboa, 1963, p.95; Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I, U.N.L., Lisboa, 1982, pp. 360-361.

<sup>29</sup> Cf. Graça Bachmann, *ob. cit.*, p.39.

dispõem à volta da *tebah*, colocada no centro do espaço, virando-se para Jerusalém e para o *ehal*. Sobre a *tebah* é colocada uma mesa coberta por uma toalha bordada onde se desenrolam os rolos da *Torah* que são lidos pelo *hazan*, o indivíduo que dirige o ofício religioso. Inúmeras semelhanças arquitectónicas apresentam também a sinagoga de Valência de Alcântara e dimensões muito próximas de ambas, a de Évora<sup>30</sup>.

Nas comunidades menos ricas a sinagoga poderia não ser um edifício construído de raiz para esse fim, mas adaptado de uma habitação, como aconteceu, por exemplo, na Guarda<sup>31</sup>. Em Castelo de Vide, o edifício considerado sinagoga medieval, se o foi realmente, terá resultado igualmente da adaptação de um espaço doméstico.

#### 5.2.1.1 Sobre a Sinagoga de Castelo de Vide

O edifício de gaveto entre a rua da Judiaria e a rua da Fonte permanece enigmático. Tendo já sofrido diversas obras de remodelação, torna-se hoje um pouco difícil de perceber a sua evolução ao longo do tempo e de destrinçar a sua estrutura original. Para tal, recolhemos as descrições das obras feitas<sup>32</sup>, fotografias, relatórios das escavações arqueológicas e fizemos o levantamento do edifício contíguo, hoje uma habitação particular, mas pertencente ao mesmo conjunto e ainda não estudado até à data.

- **As Obras**

Diamantino Sanches Trindade descreve-nos (não sem alguma ambiguidade relativamente à correspondência dos números dos compartimentos com as ruas e os pontos cardeais) as obras levadas a cabo pelo proprietário do imóvel, que tentamos agora identificar com a ajuda dos elementos gráficos das figuras 5.39 a 5.41.

Segundo o autor, que no seu estudo nunca refere o edifício contíguo na rua da Fonte, a “escola” terá sido sempre um espaço autónomo, sem comunicação com a sinagoga, como ainda hoje acontece. O restante conjunto havia sido subdividido, nos finais do século XVIII (1799), em dois espaços independentes. Uma parede fora construída no piso térreo, no alinhamento da cave e ocultando nela a

<sup>30</sup> Cf. Carmen Balesteros, *ob. cit.*, pp.192-193. Veja-se na figura 5.29. o interior da sinagoga medieval de Tomar.

<sup>31</sup> Cf. Prefácio de M. J. Ferro Tavares à obra de J. M. Santos Simões, *Tomar e a sua Judiaria*, Ed. Museu Luso-Hebraico de Tomar, Tomar, 1943, p.VI.

<sup>32</sup> Não foi encontrado no arquivo da Câmara Municipal o processo referente a estas obras, provavelmente efectuadas na década de 70. Reportamo-nos assim às descrições das obras referidas em Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide, Subsídios para o estudo da Arqueologia Medieval*, Assembleia Distrital de Portalegre, Lisboa, 1979, p.136.

estrutura da «*pianha*» que se encontra encastrada. O lote de esquina compreendia os dois compartimentos idênticos no piso térreo e na cave, sendo o acesso vertical interior feito por uma escada de madeira e encontrando-se a porta mais a Sul da rua da Judiaria entaipada e «*constituída por silhares de granito de que ainda restavam alguns nas ombreiras e dois na soleira*»<sup>33</sup>.

O outro lote tinha acesso pela rua da Judiaria, por uma porta de verga rectangular sem cantaria, que se abria na época e compreendia três compartimentos formando um L no piso térreo, entre os quais uma cozinha construída nessa altura. Estes espaços comunicavam, por meio de uma escada de madeira e alçapão, com os dois compartimentos na cave.

As obras efectuadas já neste século, na tentativa de repor a traça primitiva do edifício da sinagoga, deram origem aos espaços hoje existentes, à excepção da abertura que então se fez entre os compartimentos 3 e 4 da cave que, segundo o autor não era primitiva. Foi também nesta altura que, ao picar os rebocos que permitiram explicar as alterações efectuadas no século XVIII, se encontrou, encastrado na parede, o chamado «*tabernáculo*», que tanto tem contribuído para a afirmação do imóvel como sinagoga.

- **O Tabernáculo**

O termo tabernáculo designa a tenda na qual os hebreus guardavam a Arca da Aliança, que continha as Tábuas da Lei dadas por Deus a Moisés no Monte Sinai. Em Castelo de Vide, porém, o termo pretende significar mais correctamente o *ehal*, a própria Arca Sagrada. Os rolos da *Torah* são protegidos por panos bordados e guardados ao alto nessa espécie de armário ou nicho escavado na parede, sempre virado a Jerusalém. Simbolizando a presença divina, a *Torah* fica ainda resguardada por um reposteiro, relembrando o cortinado que protegia a entrada do Santuário no Templo de Jerusalém.

Em Castelo de Vide, porém, o facto da estrutura encastrada na parede do compartimento 9, se encontrar posicionada a Nascente, não pode constituir motivo suficiente para ser interpretada como a Arca Sagrada, como pretendeu Trindade e justificar o edifício como sinagoga medieval, considerando esse compartimento destinado aos homens e o compartimento 10 reservado às mulheres<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> *Ibidem*, pp. 133-140.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p.134 e p.136. No culto sefardita, o espaço reservado às mulheres é de facto, obrigatoriamente separado do dos homens, o que efectivamente se adapta aos dois compartimentos referidos, já que têm acessos independentes pela

Procurámos nas redondezas se não haveriam outras estruturas semelhantes e encontrámo-las no bairro, sabendo que até em Espanha são vulgares<sup>35</sup>. Parece-nos então mais plausível que se trate de uma *pilheira* que, embora mais trabalhada e não tão vulgar, servia igualmente para colocar os cântaros e demais objectos de uso doméstico.

- **As Escavações Arqueológicas**

As escavações arqueológicas efectuadas em 1988/89, nos compartimentos 4 e 5, permitiram detectar a existência de três silos abertos no solão granítico. Estes silos são, segundo os arqueólogos<sup>36</sup>, idênticos a tantos outros, não sendo por isso exclusivos da comunidade judaica, destinando-se simplesmente a armazenar alimentos, contrariamente ao que a tradição afirmava ser um poço e os balneários judaicos.

Mais interessante parece ser ainda a constatação, a partir dos materiais recolhidos, que a utilização destes silos terá cessado nos finais do séc. XV, gradualmente abandonado o do compartimento 4 e entulhados intencionalmente, devido à desagregação do granito, os do 5. Segundo os autores, o piso da cave terá sido abandonado desde essa época até ao século XVIII – coincidindo curiosamente «com o mais vivo período da perseguição à comunidade judaica em Portugal»<sup>37</sup> – relacionando-se, provavelmente, a sua reocupação com as obras efectuadas nesse século, descritas por Trindade.

O quintal também escavado revelou, entre outros, fragmentos de cerâmica de cozinha e mesa remontando ao século XVI e moedas de D. João III e D. Sebastião. O solão regularizado a cerca de 3,20m de profundidade relativamente à soleira da porta, indicia uma ocupação como piso de habitação, concluindo os autores mencionados poder ter sido este quintal originalmente coberto e pertencente a

---

rua da Judiaria. No entanto Trindade baseia esta distribuição funcional dos espaços pela certeza de um *ehal*, o que já não nos parece plausível.

<sup>35</sup> Nas figuras 5.42 a 5.45 apresentam-se algumas pilheiras comuns na zona em comparação com o denominado *tabernáculo*.

<sup>36</sup> Carmen Balesteros; Jorge Oliveira, *A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide*, Sep. de *Ibn Maruán*, *Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 3, C. M. Marvão, 1993, p.13. Não possuindo quaisquer certezas absolutas, neste estudo os autores questionam-se e lançam pistas na análise do imóvel, deixando em aberto a possibilidade de ter funcionado como sinagoga medieval, ainda que duvidem da autenticidade do *tabernáculo* e os silos que descobriram não sejam afinal o *mikvah* judaico. Veja-se o que concluem: «Nesta Judiaria, na rua do mesmo nome ergue-se uma casa que por vários aspectos, (...)se destaca das restantes. A sua volumetria, a interessante e não menos problemática estrutura que no piso superior se abre, a ausência de chaminé original, a cavidade para a colocação de um rolo com as palavras do *Shemá*, a problemática fresta ou frestas que se abrem na parede que separa dois compartimentos, a abundância de portas para o exterior num edifício de dimensões relativamente reduzidas, o problemático espólio recolhido no piso inferior, o edifício da Escola e sobretudo a tradição popular, que parece não ser muito antiga, mas que todos, indígenas e forasteiros, hoje afincadamente defendem, contribuem para que a dúvida se mantenha: Existiu aqui uma Sinagoga? É provável.». *Ibidem*, p.23.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p.15.

outra casa. Tal facto faz-nos questionar se não poderá este quintal ter pertencido ao outro imóvel da rua da Fonte, efectivamente situado a uma cota inferior ao anterior, completando com a parte que falta uma invulgar tipologia em L que hoje apresenta?<sup>38</sup>.

As escavações realizadas tinham também o intuito de detectar algum testemunho material que pudesse comprovar a função do edifício enquanto sinagoga, o que não se verificou. Os silos e o espólio recolhido indiciam apenas uma ocupação doméstica do espaço, o que não é surpreendente, uma vez que em Portugal, contrariamente ao que sucede em Espanha, não têm sido encontrados quaisquer objectos ligados a práticas culturais judaicas. A descoberta de diversas peças ligadas ao culto cristão (medalhas e um crucifixo) pode, no entanto, deixar em aberto questões como a insistência de uma cristianização desse espaço.

Por outro lado, não foram detectadas quaisquer estruturas que tivessem como função o *mikvah* (balneário) judaico, para os banhos rituais de purificação, normalmente situados perto da sinagoga, como em Tomar, se bem que esta não fosse uma regra obrigatória, podendo até em comunidades pequenas, os balneários ser partilhados com cristãos, como referimos anteriormente.

- **Que Interpretação?**

Até hoje, todos os argumentos evocados revelaram-se insuficientes para comprovar a função do imóvel como sinagoga e, mais do que certezas ou conclusões que este estudo possa revelar, levantam-se ainda mais e novas questões.

Certas características do edifício parecem, com efeito, admitir que este possa ter tido uma função sinagoga: o facto de se situar na rua da Judiaria, arruamento onde normalmente se localizava a sinagoga; a ranhura da *mezuzah*<sup>39</sup>, na ombreira direita da porta, indiciando uma ocupação judaica; a sua orientação a Nascente, quando acedido pela rua da Judiaria e o facto de não ter crescido acima deste piso térreo (não se devia construir acima da casa onde se orava a Deus), sendo hoje um dos raros edifícios na vila inteira que apresenta um só piso a partir da rua, associado certamente ao facto de ter sido abandonado desde o século XVI e durante muito tempo, como parecem confirmar as escavações.

---

<sup>38</sup> Veja-se a sua localização na figura 5.5..

<sup>39</sup> Veja-se o que refere o sub-capítulo 5.3 sobre as marcas da presença judaica.

Por outro lado, se é certo que este imóvel não possui uma estrutura sinagoga construída de raiz, como as existentes noutros locais que anteriormente referimos, importa então perceber se corresponde à tipologia habitacional corrente que estudámos na zona ou se, pelo contrário, a solução é atípica podendo também, por esse motivo, indiciar uma função não habitacional.

Quando hoje avaliamos todo o conjunto, completando-o pela primeira vez com a habitação da rua da Fonte, verificamos que as ligações entre os vários espaços foram ainda mais complexas que as descritas por Trindade<sup>40</sup>. Diversas marcas de aberturas de vãos são perceptíveis de um e outro lado das paredes, ligando os compartimentos 1 e 2 e 4 na cave (e possivelmente também o 5 e 6) e o 8 e 11 no piso térreo.

Não conseguimos, contudo, apurar se terão funcionado simultaneamente, dando origem em determinada altura a um lote único ou, pelo contrário, se terá havido dois ou mesmo três lotes independentes, que, na sua evolução ao longo dos séculos, se terão ligado ou separado até à presente situação, permitindo-nos concluir apenas que *esta habitação faz parte integrante do imóvel da presumível sinagoga e que esta não mais deve ser pensada sem a incluir*.

Como lote único, o conjunto adquire uma escala enorme para a área, particularmente para a rua e ruinha da Judiaria onde, efectivamente, os lotes são mais pequenos que nos restantes arruamentos. Por outro lado, é-nos também difícil destrinçar de que modo poderia ter sido subdividido, se perpendicularmente à rua da Judiaria ou à da Fonte, já que a maioria das paredes portantes não se alinha e qualquer dos lotes resultantes não se enquadra na tipologia tipo.

O facto de ser um imóvel de gaveto introduz-nos assim dificuldades acrescidas, uma vez que são situações raras na área, agravadas ainda pelo declive existente entre os dois arruamentos, não se encontrando nenhum exemplo semelhante que pudesse ser comparativo. A subdivisão perpendicular à rua da Judiaria, entre os compartimentos 4 e 5 que, à partida, seria a mais lógica, de acordo com a orientação do telhado e o alinhamento da paredes, não deixa de revelar algumas ambiguidades, nomeadamente as diferenças de cota entre os vários compartimentos, situação pouco usual. Mas é igualmente estranho o facto do conjunto possuir diversas portas, do mesmo género, sem o ritmo característico da

---

<sup>40</sup> Recorra-se de novo aos desenhos esquemáticos da figura 5.41..

porta larga e estreita, dando acesso a espaços relativamente autónomos e sem comunicações verticais entre os dois pisos.

A inexistência de escadas e a solução de alçapões é anormal na zona, como também o é o facto do imóvel apresentar um só piso e cave. Também o *tabernáculo*, se funcionou de facto como *pilheira*, indicia-nos um uso doméstico do conjunto e a utilização desse compartimento como cozinha, de acordo com a situação usual. No entanto a inexistência de qualquer fumeiro, aliás extensiva a todo o conjunto, já que a chaminé existente no compartimento 10 é de construção relativamente recente, não permite confirmá-lo.

Atípica é também a tipologia do edifício ao lado, tradicionalmente apelidado de «*escola*», pois esta situava-se muitas vezes ao lado da sinagoga, numa forte comunhão entre ensino e religião. Constituem excepções à tipologia habitacional corrente, o espaço interno deste imóvel, de piso térreo e cave, apenas com um compartimento de dimensões invulgares (3,20x6m), sem paredes portantes interiores, sem fumeiro e sem comunicação vertical com a cave por meio de escada, mas apenas um alçapão. Por outro lado, apesar de ter tido um proprietário diferente, porque razão também nunca cresceu em altura? O piso único que apresenta a partir da rua, com o telhado alinhado com o da sinagoga e uma fachada formalmente muito semelhante, leva-nos inevitavelmente a associá-lo a ela, ainda que nunca tenham sido descobertas quaisquer ligações internas entre ambos.

Vemos assim que este conjunto, não possuindo uma estrutura sinagoga de raiz, também não se enquadra na tipologia habitacional da zona, constituindo, por isso, um caso híbrido. Se de facto funcionou como habitação, muitas terão sido as adaptações ao longo dos tempos. Terá então funcionado como sinagoga? Para lá da tradição oral, tudo são hipóteses e dúvidas que teimam em permanecer.

Sabemos que, por vezes, o que justifica uma tradição oral é o perdurar de uma memória colectiva, que remonta apenas à época cristã-nova, sobre um edifício ao qual chamam sinagoga por ser nele que os marranos se reuniam secretamente para celebrar o culto, podendo o edifício em questão não coincidir com a sinagoga existente antes da expulsão. No entanto, a acontecer tal hipótese, não nos parece plausível que a sua localização fosse na rua da Judiaria, precisamente a mais conotada com a presença de judeus.

Mais investigação histórica ou escavações arqueológicas ou mesmo estudos sobre outras sinagogas sefarditas<sup>41</sup> poderão trazer novas pistas a este tema sempre em aberto.

### 5.2.2. O Cemitério

Embora não constitua um *edifício singular* e muito menos a localizar-se na área em estudo, parece-nos no entanto aceitável introduzir aqui esta informação referente a um espaço de importância fulcral para a religiosidade judaica<sup>42</sup>.

Os cemitérios judaicos situavam-se sempre no campo, fora da Judiaria e do espaço muralhado, em terrenos normalmente pertencentes à comuna, doados pelo rei ou comprados ao concelho. Esta localização, ainda que não contradiga nenhum preceito da fé mosaica, revelava um «*duplo carácter de segregação social e religiosa*» por parte da maioria cristã, que repousava dentro do aglomerado urbano, no interior da igreja, no seu adro, ou na terra a ela pertencente e que constituía o centro social, económico e religioso de toda a comunidade<sup>43</sup>.

É quase total o nosso desconhecimento acerca deste espaço de morte, tanto mais que muitos cemitérios terão desaparecido por completo, profanados os túmulos e reaproveitadas as pedras para novas construções, ignorando-se mesmo a localização da maioria<sup>44</sup>.

Também pouco se sabe sobre os rituais específicos que presidiam aos funerais judaicos naquela época e, à semelhança do que acontece para as restantes tradições e costumes, muita da informação chegou-nos exclusivamente por via unilateral, através dos processos da Inquisição<sup>45</sup>. O corpo do defunto era inumado em terra virgem, orientado para Nascente e diversas pedras ou uma laje cobriam a cova profunda da sepultura. A simplicidade estava patente nas honras fúnebres que antecediam, acompanhavam e sucediam o sepultamento, bem como na

<sup>41</sup> Sabemos por Isabel Monteiro, que as sinagogas de Viseu e Vila Nova de Cerveira estão a ser estudadas interdisciplinarmente; curiosamente, no interior desta última «*armários incrustados sugerem os lugares onde se guardavam objectos de culto*» (*Os Judeus na Região de Viseu*, Região de Turismo Dão Lafões, 1997, p.113).

<sup>42</sup> O sepultamento é vital para que o defunto não permaneça eternamente a vagar, mas antes possa repousar nesta segunda morada. Sobre o tema da morte e os seus espaços na religião judaica consulte-se um dos poucos estudos específicos, que analisa igualmente a situação em Portugal: Maria Graciana Marques, *Práticas Funerárias Judaicas*, (dissertação policopiada para obtenção do grau de Mestre), Universidade Nova.

<sup>43</sup> Os cristãos-novos, ainda que no íntimo permaneçam fiéis à velha Lei, eram enterrados, para não levantar suspeitas, juntamente com os cristãos-velhos, no espaço da igreja católica. *Ibidem*, pp.113/114.

<sup>44</sup> O próprio rei D. Manuel abriu o precedente ao designar os terrenos do cemitério de Lisboa para pastagens e rossio e as pedras tumulares para a construção do novo Hospital Real de Todos-os-Santos. Cf. Maria José Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição*, 1ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 1987, p.38. Veja-se no anexo 1 as plantas de várias cidades medievais portuguesas onde, na maioria delas, se desconhece a localização do cemitério

<sup>45</sup> O corpo era lavado com água corrente, perfumado, envolto num sudário branco e eram-lhe cortadas e guardadas as unhas. Era-lhe também passada uma moeda pela boca e doada depois a um pobre como esmola. Sobre as orações e rituais do luto, como o deitar fora e substituir toda a água que haja em casa por se considerar contaminada, leia-se Maria Graciana Marques, *ob. cit.*, pp.109-112.

própria necrópole e nas lajes de sepultura, das quais se conhecem actualmente pouco mais que meia dúzia em território português<sup>46</sup>.

Não se conhece a localização ou sequer a existência do cemitério judaico da comuna de Castelo de Vide. Certamente o terá tido, caso contrário teria de recorrer ao da localidade próxima mais importante, como de resto aconteceu para diversas comunidades pequenas, como Arrifana ou Azurara, que se faziam sepultar no Porto<sup>47</sup>.

Não podemos, contudo, deixar de referir uma situação que nos pareceu curiosa: António Repenicado conta-nos que «*junto desta ermida [S. Salvador do Mundo] existe um pequeno cemitério onde antigamente eram sepultados os cadáveres das crianças que nasciam e ficavam “mouros”, isto é, não tinham sido baptizados*»<sup>48</sup>. Este facto pareceu-nos interessante dado que judeus e mouros eram por vezes sepultados no mesmo local e que, inúmeras vezes ao longo da história, o cristianismo sacralizou espaços já anteriormente cultuais, numa permanência do sagrado. Poderá então o cemitério das crianças “mouras” indiciar uma ocupação anterior judaica, num perpetuar do carácter não cristão deste espaço?

### 5.2.3 Os Fornos

Subsistem na área em estudo dois exemplares de fornos comunitários de raiz medieval<sup>49</sup>. Ambos devolutos actualmente, mantêm, no entanto, intactas as características tipológicas de produção que define este tipo de equipamento. Segundo a população local, deixaram de funcionar por volta da década de sessenta, ao substituir-se o ritual doméstico de amassar o pão e cozê-lo no forno pela compra directa nas padarias.

Um deles, situado na rua do Mercado, constitui um edifício verdadeiramente singular, pela escala inusitada e surpreendente do seu espaço interior. Trata-se de um conjunto de três lotes góticos, interligados entre si, mas com relativa autonomia no exterior. Dois dos lotes constituem na verdade um só – o forno, propriamente dito, com a imponente presença da chaminé a destacar-se no pé direito duplo, a fornalha abobadada por trás desta e, na metade posterior, o local onde se empilhava a lenha.

<sup>46</sup> Consulte-se sobre o tema Samuel Schwarz, *Inscrições Hebraicas em Portugal*, Sep. de Arqueologia e História, Tipografia do Comércio, Lisboa, 1923; e Fernando Díaz Esteban, «Lápidas Judias en Portugal» in *Estudos Orientais*, II, *O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, Instituto Oriental, Lisboa, 1991, pp.207-215.

<sup>47</sup> Maria Graciana Marques, *ob. cit.*, p.108.

<sup>48</sup> António Repenicado, *Relação de Sucessos Históricos*, Castelo de Vide, 1965, p.135.

<sup>49</sup> Veja-se a localização dos referidos fornos no nº 3 da figura 5.5; o levantamento de um deles na figura 5.46 e as fotografias dos interiores de ambos nas figuras 5.47 e 5.48.

No lote contíguo ficava a habitação do padeiro, pelo menos nesses últimos anos em que funcionou, numa tipologia ligeiramente diferente das usuais. Apenas com uma porta para a rua, o espaço térreo é bipartido e possui uma ligação interior ao forno. A escada desenvolve-se invulgarmente paralelamente à fachada, subindo ao primeiro piso, também bipartido, onde, na metade traseira, se alteou, certamente mais tarde, um segundo piso. Não existe qualquer registo da presença de um fumeiro ou de uma chaminé nesta habitação.

O outro forno, mais pequeno, situa-se a meio da rua do Mestre Jorge. Algumas pessoas designam-no por *forno judaico*, embora não saibam explicar, nem mesmo o proprietário, exactamente a que se deve o nome, quando terá surgido ou o grau de enraizamento que a designação tem localmente que, ao contrário da sinagoga que todos identificam, não parece ser muito grande.

Com acesso exterior apenas por uma porta, o forno desenvolve-se num lote bipartido pela parede que contém a chaminé. Na metade com acesso da rua, onde se localiza a abertura do forno, desenvolve-se apenas no piso térreo, sobre o qual fica uma sala pertencente ao edifício contíguo, do mesmo proprietário; na metade posterior, com pé-direito duplo, fica então a fornalha, de forma curvilínea e o depósito de lenha.

#### 5.2.4 A Fonte

A Fonte da Vila é atribuída ao século XVI e está desde 1953 classificada como Imóvel de Interesse Público<sup>50</sup>. Além da qualidade espacial da envolvente que ajudou a conformar, é ela própria um interessante exemplo deste tipo de arquitectura.

É composta por seis colunas de mármore branco com capitéis e entablamento, que suportam uma cobertura piramidal de base rectangular, caiada a branco. Sob esta, o tanque rectangular é confinado por pedras de granito, que a água e os séculos amaciaram e moldaram. A água brota em quatro bicas de um elemento central também de mármore, em forma de urna, ao qual se sobrepõe um outro de forma paralelepípedica, esculpido nas quatro faces, apresentando, respectivamente, as armas de Portugal, as do concelho e duas figuras de meninos. O conjunto é encimado por uma espécie de tulpia

Lateralmente à fonte, existe um tanque de granito onde os animais podiam beber. A utilização do mármore denota a importância que lhe é atribuída, já que esta não é

uma pedra da região, não se encontrando aplicada em nenhum outro local da área em estudo.

### 5.3 A PRESENÇA JUDAICA

De um modo geral, parece-nos possível afirmar que antes da expulsão a comunidade judaica em Portugal vivia perfeitamente integrada na vida socio-económica do país, integração essa que se reflectia também a nível espacial. A diferença era marcada pela religião que, curiosamente, ao invés das restrições alimentares a que sujeita esta comunidade, não ditou leis referentes às construções, exceptuando os seus espaços de culto ou outros que lhe estejam relacionados, razão pela qual estes parecem constituir os únicos especificamente próprios.

Assim sendo, a semelhança entre os arruamentos e as construções judaicas e as cristãs numa mesma localidade, bem como a distinção existente entre localidades diferentes, marcam acima de tudo uma vivência espacial comum a ambos os credos, concretizada pelo uso dos mesmos materiais de construção, e as mesmas formas e tipologias arquitectónicas, específicas de cada região.

Deste modo se compreende que apresentem características diferenciadas Trancoso, Tomar ou Évora ou até mesmo Bayonne, onde, após a expulsão de Portugal se estabeleceram comunidades sefarditas. Até mesmo Valência de Alcântara, tão próxima de Castelo de Vide, tem particularidades locais, ainda que, ao longo do tempo, as comunidades judaicas e posteriormente cristãs-novas, de um e outro lado da fronteira, se tenham continuamente movimentado e misturado entre elas, ao sabor da maior ou menor tolerância estabelecida em cada reino.

Deste modo se percebe também que o espaço judaico de Castelo de Vide, ainda que não saibamos exactamente os seus limites, se apresente em tudo semelhante ao restante arrabalde e até mesmo ao burgo do castelo<sup>51</sup>.

Vem então a propósito desmistificar algumas características construtivas, por vezes tidas como testemunhos materiais da presença judaica em Castelo de Vide.

Contrariamente ao que é costume dizer-se, a porta larga e a porta estreita num mesmo edifício, não constituem uma referência capaz de identificar a presença

---

<sup>50</sup> Segundo Decreto nº 39175 de 17/4/1953

<sup>51</sup> Vejam-se, a título de exemplo, aspectos dos antigos bairros judaicos de Valência de Alcântara (onde a própria designação do bairro não distingue qual o espaço habitado por esta comunidade) e de Bayonne. Igualmente se apresenta uma imagem de outra zona de Castelo de Vide (Encruzilhadas) onde a tipologia arquitectónica se assemelha à que encontramos na área em estudo (figuras 5.50 a 5.52).

judaica no local. Esta tipologia, tão frequente nas vilas e cidades medievais, é tão só manifestamente, reflexo de um certo nível de desenvolvimento dos aglomerados urbanos a que corresponde o florescer do artesanato e comércio urbano<sup>52</sup>. Vemo-la assim aparecer em Castelo de Vide, quer no burgo do castelo quer no arrabalde cristão da encosta sul com a mesma frequência que na área em estudo.

A par desta característica, uma outra é atribuída com frequência à presença judaica: as guarnições em arco ogival, cujas cantarias possuem aresta chanfrada. Sabemos, contudo, que tal procedimento não se prende com nenhuma prática simbólica ou tradicional judaica, mas resulta antes de uma necessidade construtiva comum a todos os habitantes. A permanência e durabilidade das construções era sem dúvida uma preocupação na época medieval, como o é ainda hoje.

A protecção dos vãos, como pontos de descontinuidade no maciço construído, era, na maior parte dos casos, realizada com silhares de cantaria, pedras aparelhadas para o efeito e que, certamente, constituíam uma mais-valia ao edifício, bem como um acréscimo em termos económicos. A maior fragilidade que a terminação da pedra em aresta viva apresenta, era assim evitada visto que o chanfro das arestas constitui uma forma de lhes minorar o desgaste, e conseqüentemente a degradação.

Uma preocupação de durabilidade estaria pois na origem de tal prática (aliada também ao aspecto estético), ainda mais se pensarmos que se trata de uma área que reflecte uma pobreza construtiva, como veremos adiante. À semelhança do que acontece com as larguras das portas, vemos cantarias com arestas chanfradas por toda a vila medieval, bem como em diversos aglomerados urbanos espalhados por todo o país, não podendo por isso atribuir-lhes qualquer especificidade judaica.

Sobre as histórias que tradicionalmente se contam acerca da parteira e do rabi, em cujas casas as janelas têm cachorros em pedra, aos quais se atribuem funções específicas e diferenciadas, não serão certamente muito consentâneas com a realidade<sup>53</sup>. Bastará dizer que junto à Fonte da Vila existe uma outra casa que possui hoje um só cachorro, ou reparar em algumas ruas que formam o *bairro Judio-Gótico* da vizinha Valência de Alcântara, onde todas as casas os têm, para verificar que tal característica arquitectónica não pode de modo algum relacionar-se com a exclusividade destas duas “profissões”.

---

<sup>52</sup> Cf. Phillipe Panerai; J.C. Depaule; M. Demorgon; M. Veyrenche, *Elements d'Analyse Urbaine*, Archives d'Architecture Moderne, Bruxelles, 1960, p.88.

<sup>53</sup> Tanto na “casa do rabi” como na “casa da parteira”, existem cachorros de pedra numa das janelas que, segundo se conta, serviam para pendurar panos (vejam-se as referidas janelas nas figuras 5.22 e 5.20).

Há, no entanto, uma característica que apenas surge nesta zona da Judiaria parecendo constituir uma marca indelével da presença judaica neste bairro. Uma pequena concavidade escavada no intradorso do arco ogival, do lado direito da porta, com cerca de 10 cm de comprimento, faz remeter para uma tradição judaica milenar de marcar a ombreira direita com a *mezuzah*, contendo o rolo manuscrito com as palavras do *Shemá Israel* («*Escuta Israel*»).

Esta oração, expressa na *Torah*, é a declaração da fé monoteísta do judeu, proclamando a unicidade de Deus, sendo por isso uma das mais importantes na religiosidade judaica, fazendo parte da liturgia na sinagoga e das orações pessoais de cada membro. Por esta razão, podemos encontrar a *mezuzah* tanto nas sinagogas como nas habitações particulares, simbolizando a protecção de Deus sobre elas<sup>54</sup>. A concavidade destinava-se, pois, a conter o pergaminho enrolado com as palavras do *Shemá*, usado como filactéria, ao beijar ou tocar a cada entrada no edifício, num afirmar de adesão à fé monoteísta<sup>55</sup>.

Em Castelo de Vide encontramos cinco guarnições assim marcadas, em casas certamente anteriores à expulsão, uma das quais na chamada sinagoga e as restantes localizadas, duas na rua da Judiaria (em interiores de casas), uma na ruína da Judiaria, e outra no início da rua da Fonte<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> A oração referida no Deuterónimo (Dt. 6,4.9) diz o seguinte: «*Escuta Israel, O Senhor e só ele é o nosso Deus. Ama o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças. Que os mandamentos que hoje te dou estejam sempre na tua memória. Ensina-os continuamente aos teus filhos e repete-os, tanto ao deitar como ao levantar, quer estejas em casa, quer vás de viagem. Deves trazê-los no teu braço como um distintivo, na tua testa como emblema. Escreve-os nas ombreiras das tuas portas e em todos os teus portões.*». *Bíblia Sagrada – A Boa Nova*. Difusora Bíblica, 1993.

Hoje em dia a *mezuzah* identifica-se por uma pequena caixa alongada contendo o rolo do *Shemá* fixa na ombreira direita da porta.

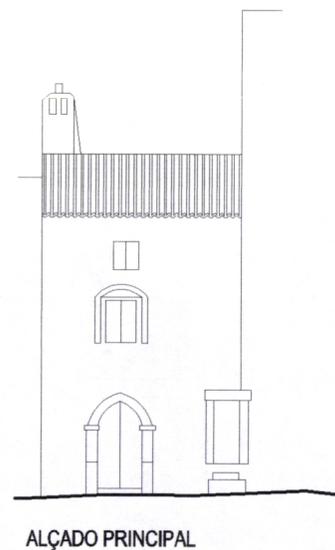
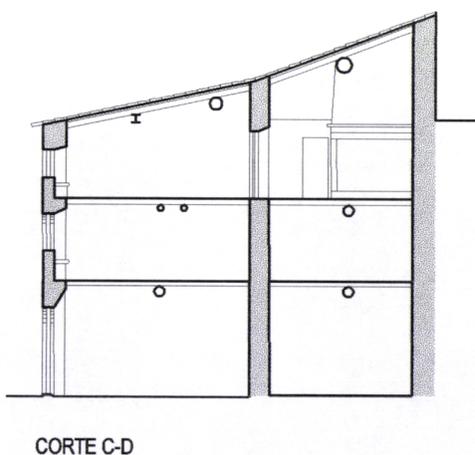
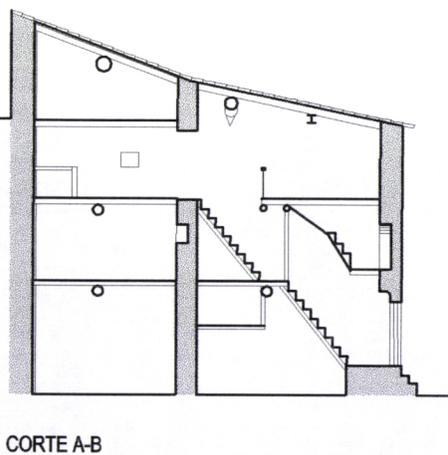
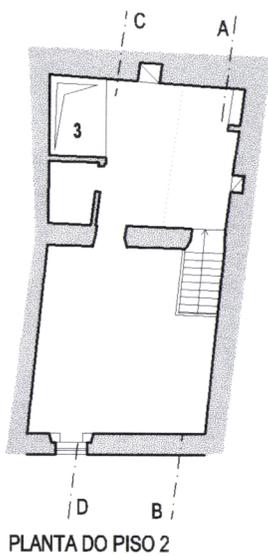
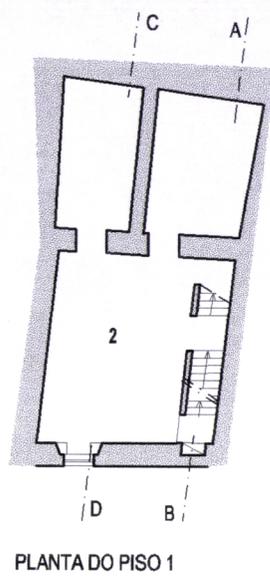
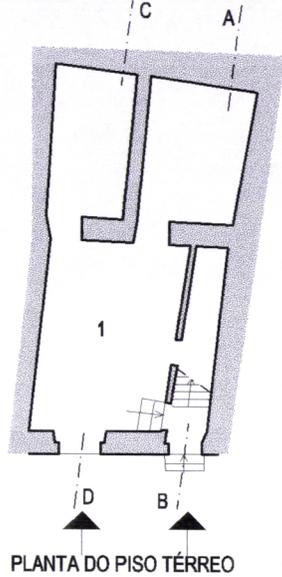
<sup>55</sup> Diversas ranhuras da *mezuzah* foram identificadas por Carmen Balesteros em Castelo de Vide, Monsaraz, Évora, Albuquerque (Espanha) entre outras. Existem igualmente em Girona (Espanha). Carmen Balesteros; Jorge Oliveira, *A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide*, Sep. de Ibn Maruán, *Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 3, C. M. Marvão, 1993, p.18; Carmen Balesteros, *ob. cit.*, pp.186-198; *Caminos de Sefarad*, Patronato para la Promoción del Turismo y la Artesanía de Cáceres, Cáceres, 1996, p.46.

Vem igualmente a propósito citar, sem contudo aprofundarmos o tema, o estudo que tem vindo a ser desenvolvido por Carmen Balesteros, em Castelo de Vide entre outras localidades, referente às gravações de carácter religioso-simbólico nas cantarias dos vãos, como as cruzes ou as marcas longitudinais. Além dos estudos da autora já mencionados, consulte-se ainda Carmen Balesteros, «*Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã*» in *Callipole*, nº 3-4, 1995-1996; Carmen Balesteros, *Marcas de Simbologia Judaica e Cristã, para um Levantamento em Povoações da Raia Espanhola e Portuguesa*, Sep. de Ibn Maruán, *Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 6, C. M. Marvão, 1996; Carmen Balesteros, *Marcas de Simbologia Judaica e Cristã em Ombreiras de Porta*, Sep. de Ibn Maruán, *Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 7, C. M. Marvão, 1997.

<sup>56</sup> Conforme se assinalam na figura 5.1. Os exemplares que fotografámos apresentam-se nas figuras 5.53 a 5.56..







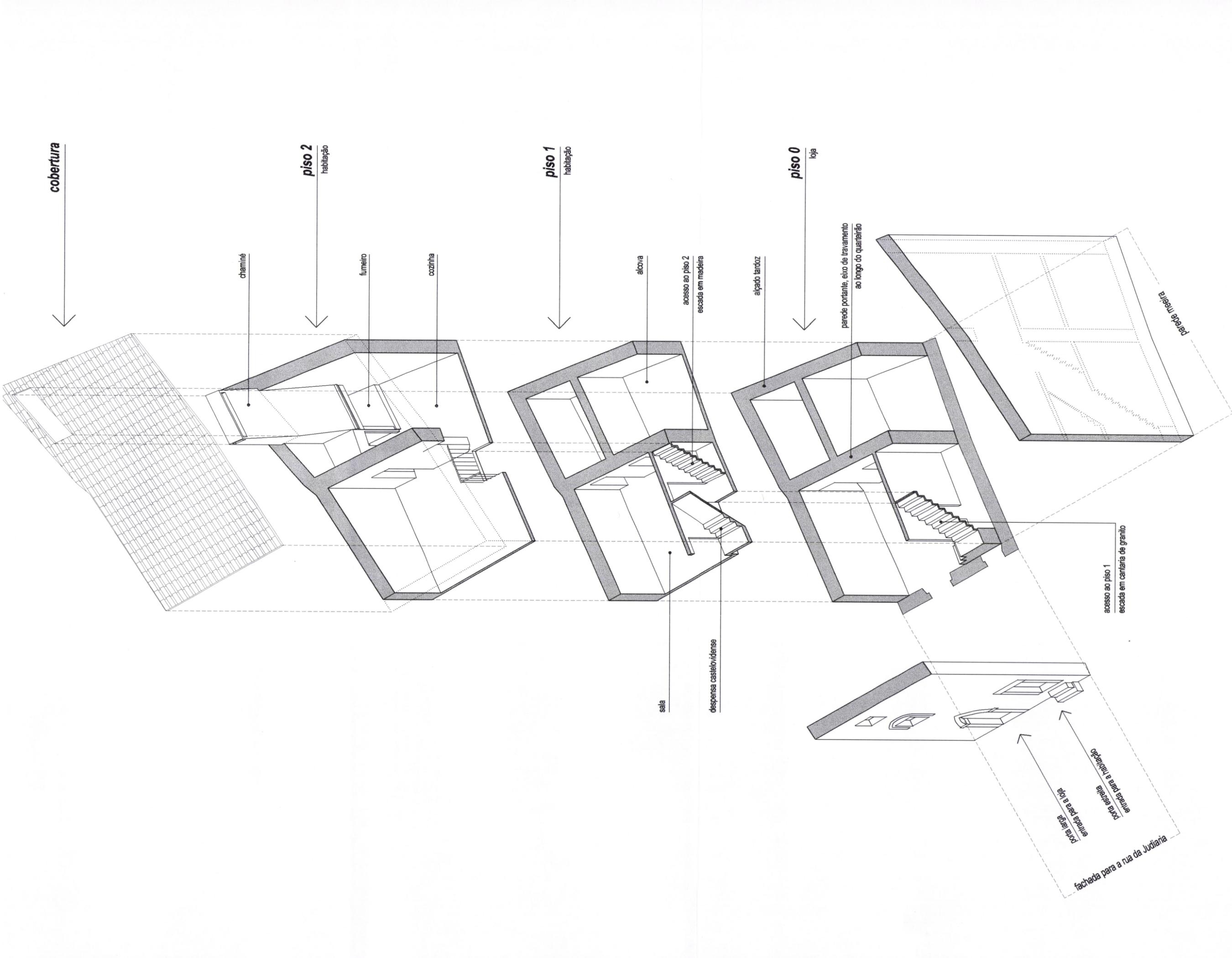
**Fig. 5.3 - HABITAÇÃO CORRENTE - Ralz Medieval**  
IA DA JUDIARIA 17, 19

Adaptado de G.T.L. de Castelo de Vide, *Plano de Pormenor da Zona Urbana Mais Antiga de Castelo de Vide*, Vol. III, *Elementos Anexos*, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 1999.

LOJA  
HABITAÇÃO  
FUMEIRO



Escala - 1  
0 1 2 3 4

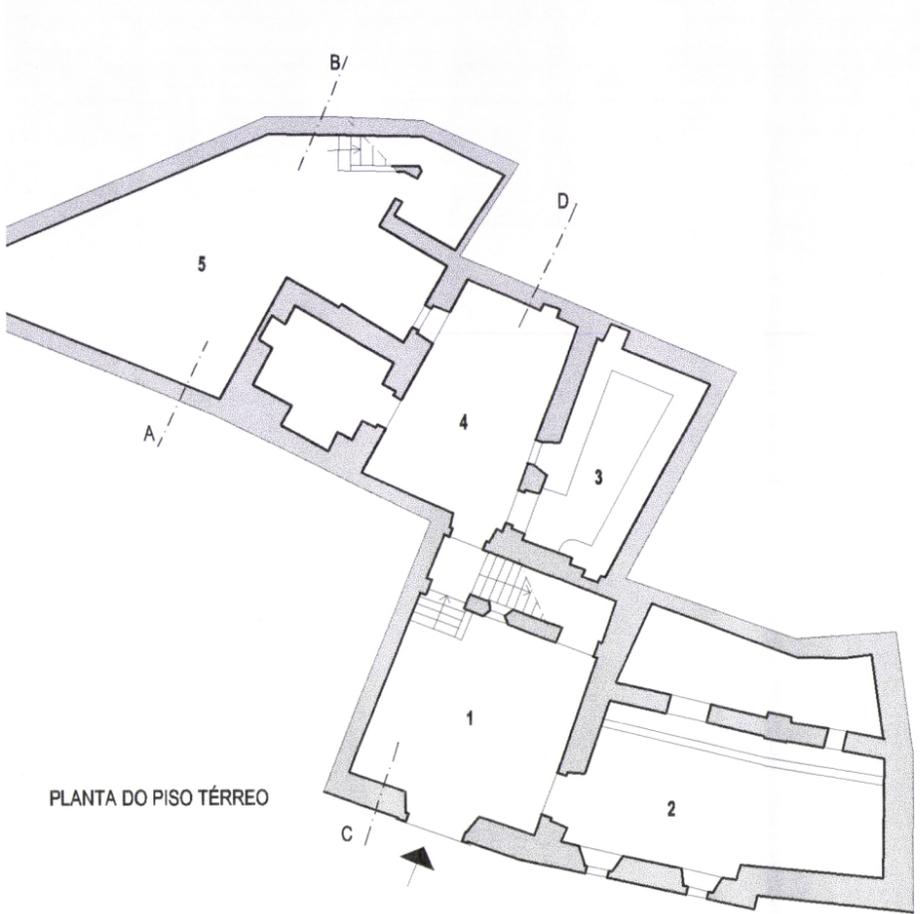


**Fig. 5.4 - HABITAÇÃO CORRENTE - Raiz Medieval**  
 RUA DA JUDIARIA 17, 19

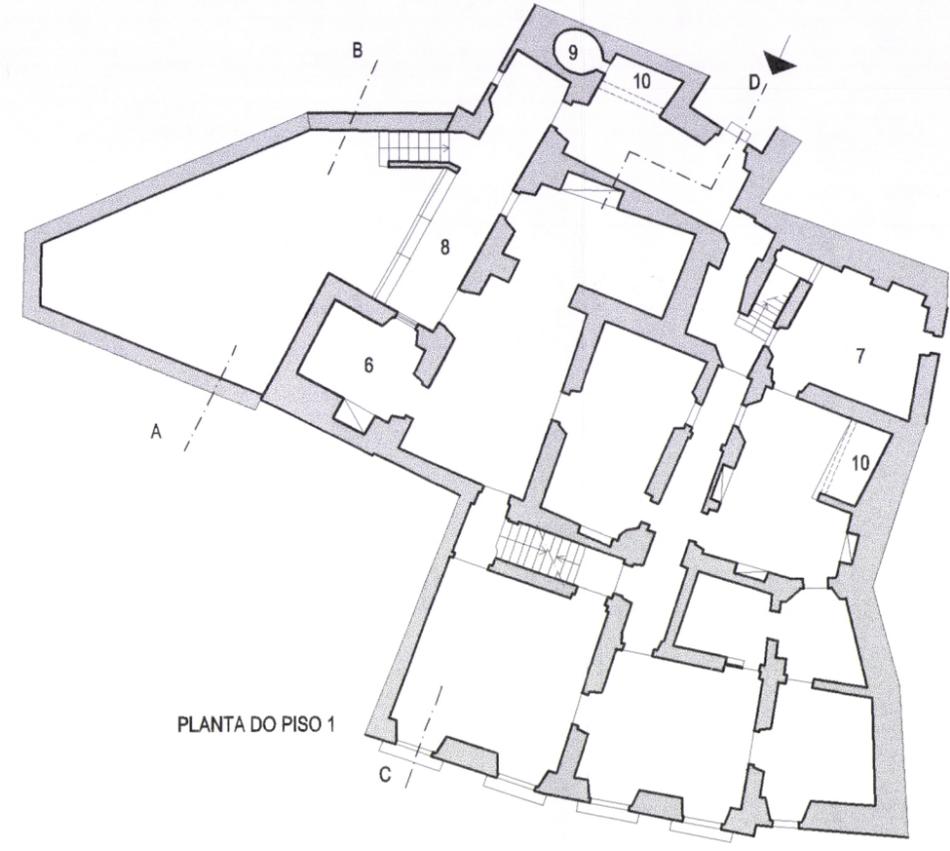


**Fig. 5.5 - RELAÇÃO URBANO-ARQUITECTÓNICA E TIPOLOGIAS**

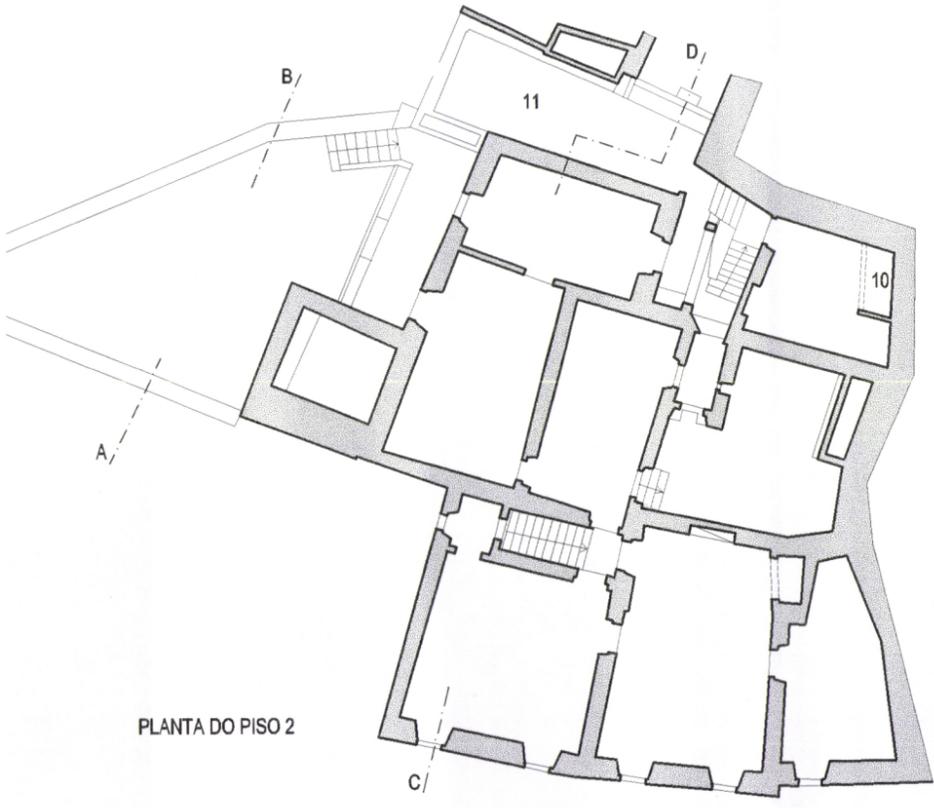
- 1** HABITAÇÃO CORRENTE TIPO - Rua da Judiaria 17, 19
- 2** VARIANTE TIPOLOGICA - Raiz Medieval
- 3** FORNOS COMUNITÁRIOS - Raiz Medieval
- 4** HABITAÇÃO BURGUESA, SÉC. XVII (?)
- 5** HABITAÇÃO BURGUESA, SÉC. XVII / XVIII
- 6** CELEIRO
- 7** SINAGOGA (?)
- 8** EDIFÍCIO CONTEMPORÂNEO
- A** ANTIGA TRAVESSA DE ESGOTOS (?)
- B** EMPARCELAMENTO
- \*** DESENHO SEGUNDO LEVANTAMENTO ANTERIOR ÀS OBRAS DE RENOVACÃO
- ◄** CRESCIMENTOS PARA O INTERIOR DO QUARTEIRÃO



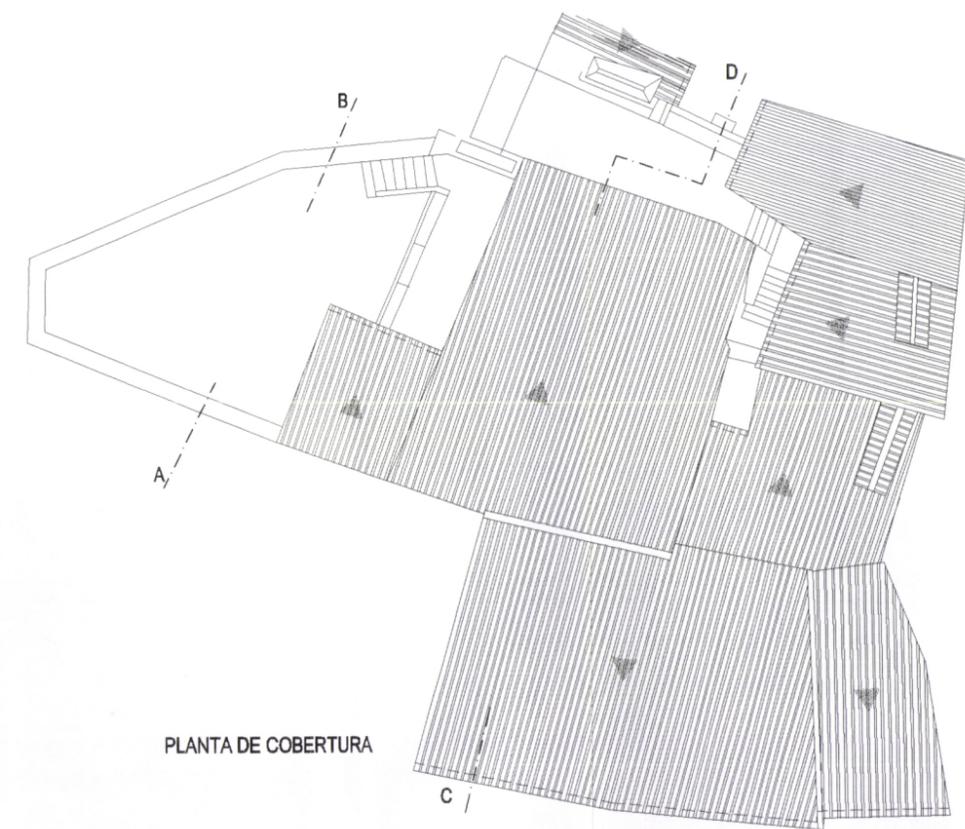
PLANTA DO PISO TÉRREO



PLANTA DO PISO 1



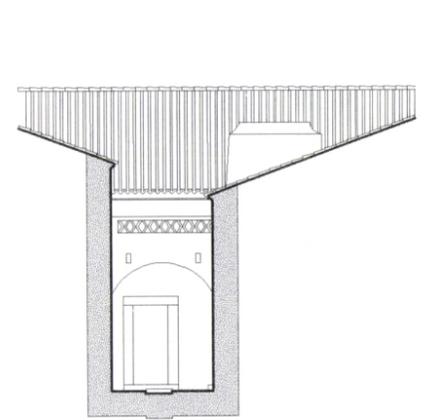
PLANTA DO PISO 2



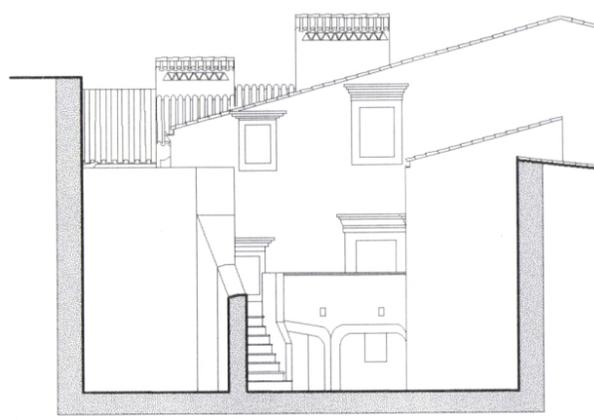
PLANTA DE COBERTURA



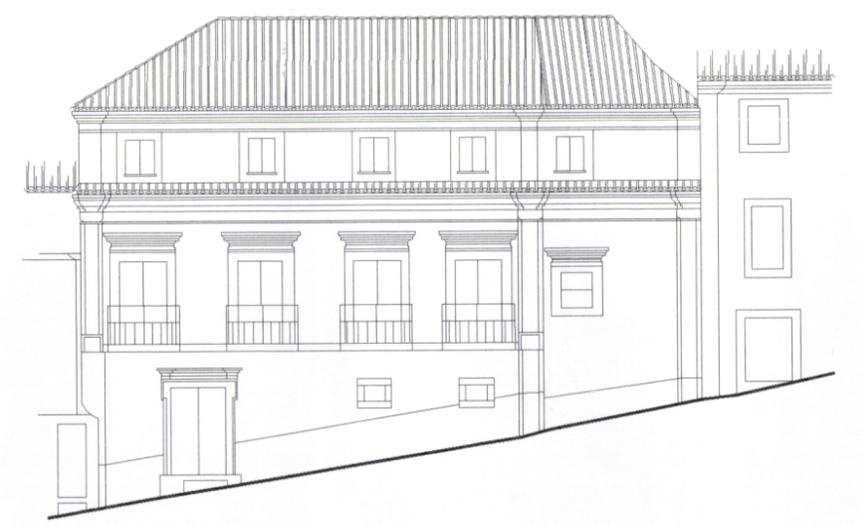
CORTE C-D



ALÇADO POSTERIOR RUA DO SACO



CORTE / ALÇADO A-B



ALÇADO PRINCIPAL - RUA NOVA

**Fig. 5.6 - PALACETE - Séc. XVII - XVIII**  
RUA NOVA, 24

- |   |            |    |         |
|---|------------|----|---------|
| 1 | ÁTRIO      | 6  | CAPELA  |
| 2 | CAVALARIÇA | 7  | COZINHA |
| 3 | ADEGA      | 8  | VARANDA |
| 4 | ARRECAÇÃO  | 9  | FORNO   |
| 5 | PÁTIO      | 10 | FUMEIRO |
|   |            | 11 | TERRAÇO |



Adaptado de G.T.L. de Castelo de Vide, *Plano de Pormenor da Zona Urbana Mais Antiga de Castelo de Vide*, Vol. III, *Elementos Anexos*, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 1999.

Escala  
0 1 2 3 4



## FACHADAS

(fotos da autora)

Fig. 5.7 - A ambivalência funcional da habitação corrente reflecte-se na assimetria das fachadas, com a sequência das portas largas de acesso à loja e estreitas de acesso ao piso habitacional (rua da Fonte).

Fig. 5.8 - O palacete burguês da rua Nova demarca-se claramente na área pela sua linguagem arquitectónica mais erudita.

Fig. 5.9 - As habitações burguesas assumem por vezes a escala das correntes, decompostas em pequenos volumes (largo da Fonte da Vila).





**FACHADAS**

(fotos da autora)

Fig. 5.10 - As fachadas traduzem uma hierarquia compositiva e evolutiva, com um embasamento, um piso intermédio de importância marcadamente assumida e um remate dado pelo último piso, de dimensões mais pequenas quer no pé-direito quer no desenho dos vãos (largo da Fonte da Vila).

Fig. 5.11 - A marcação individual dos lotes reflecte uma atitude mais recente e puramente estética (rua do Mestre Jorge).

Fig. 5.12 - Por vezes, em situações devolutas, um branco contínuo de cal agrupa ainda vários lotes (rua do Mercado).

Fig. 5.13 - Nos alçados posteriores não se acusam socos, pilastras ou cimalthas e os pequenos vãos não têm molduras (traseiras da rua do Mestre Jorge).



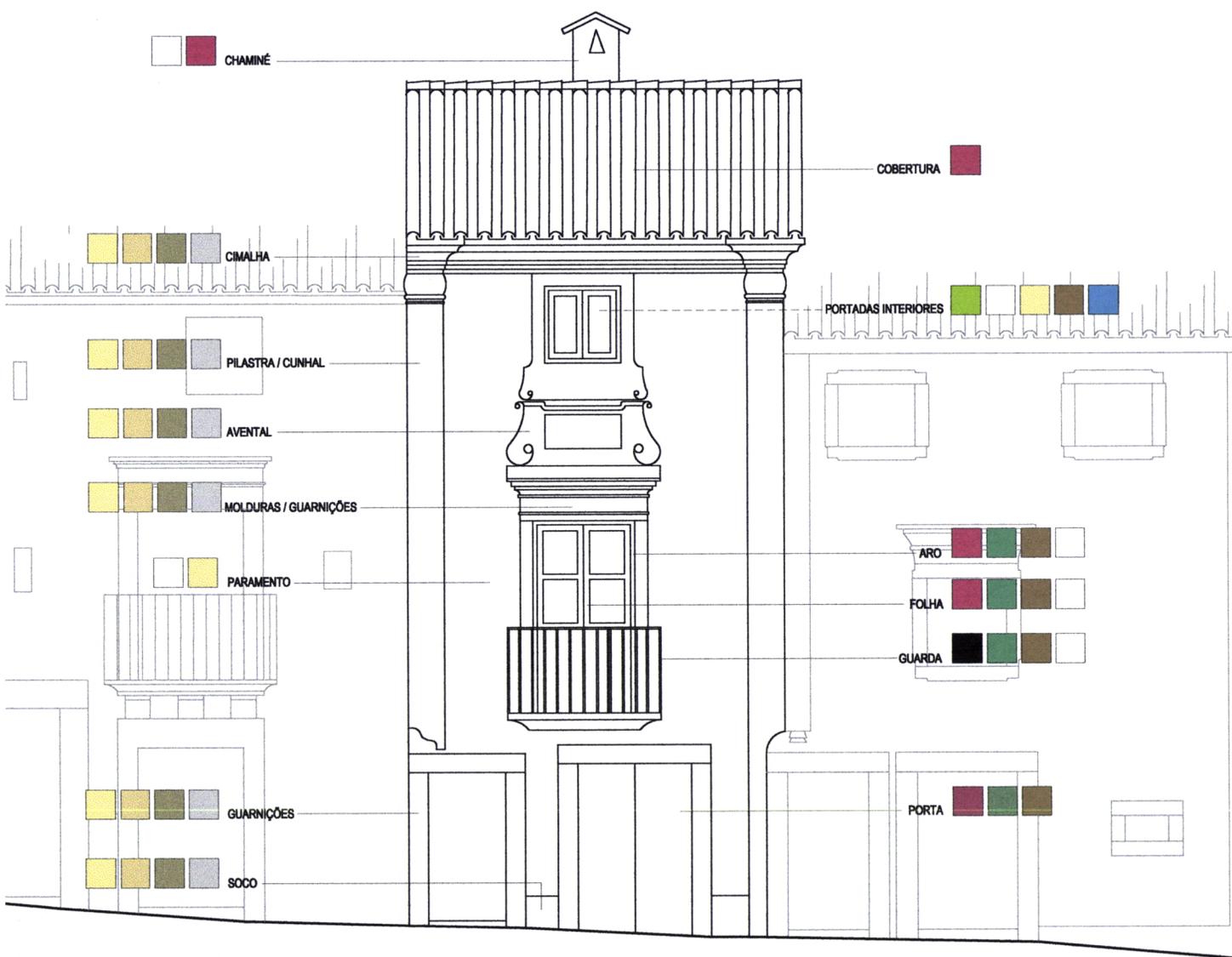
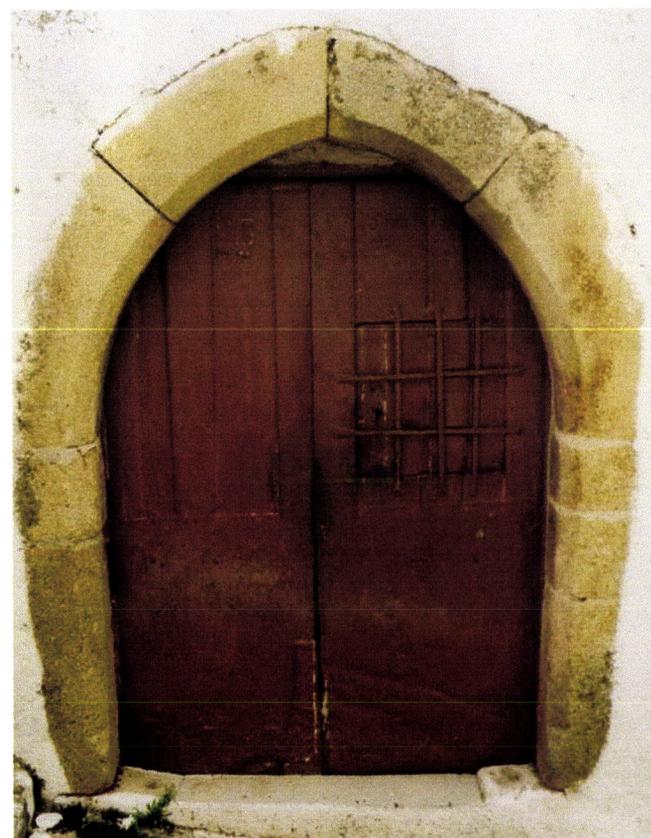
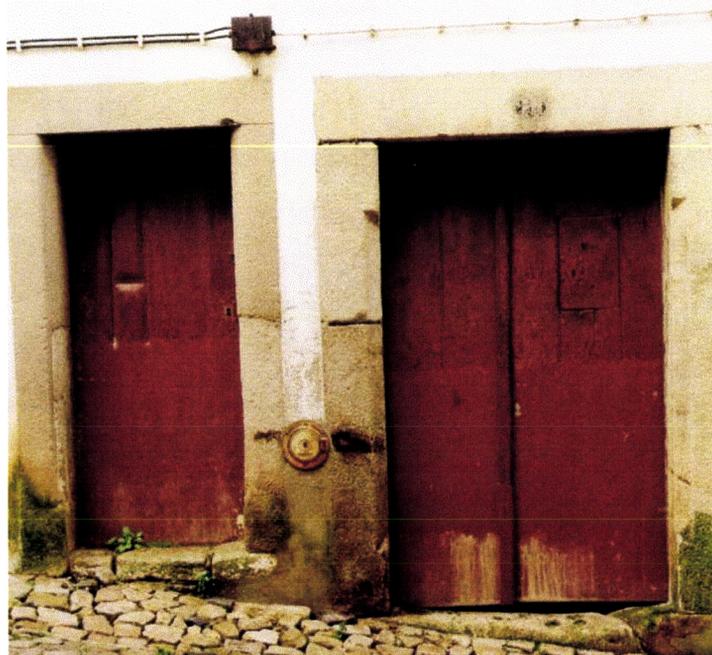
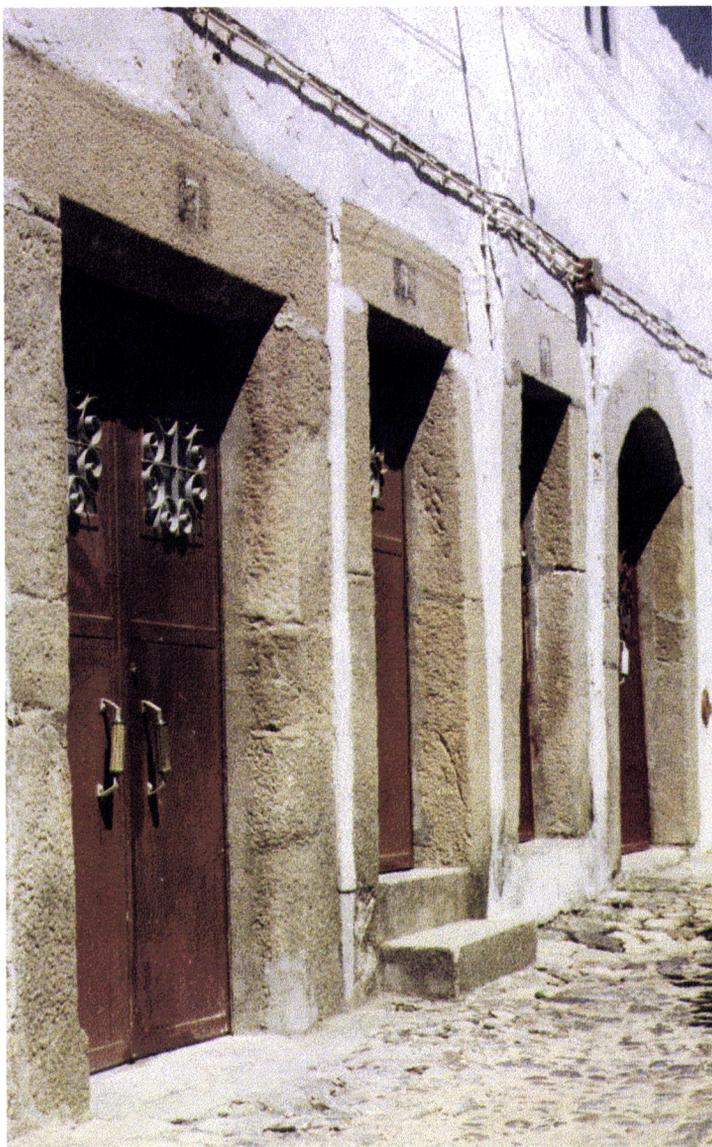


fig. 5.14 - PALETA ACTUAL DE CORES TRADICIONAIS

Desenho e levantamento da





## VÃOS

(fotos da autora)

Fig. 5.15 - A sequência porta larga - porta estreita marca um ritmo de vazio no piso térreo (rua do Arçário).

Fig. 5.16 - Porta principal do palacete dos séculos XVII/XVIII na rua Nova.

Fig. 5.17 - Porta larga e porta estreita da tipologia de raiz medieval com vergas rectas (rua Nova).

Fig. 5.18 - Porta larga da tipologia de raiz medieval em arco ogival de cantaria de granito (rua do Mestre Jorge).





## VÃOS

(fotos da autora)

Fig. 5.19 - Porta de verga recta com cantaria de granito chanfrada e caiada (largo do Arçário).

Fig. 5.20 - Sem imposições de ordem funcional, o tipo e disposição das janelas no alçado é mais livre do que nas portas (rua do Arçário).

Fig. 5.21 - Pequena janela de duas folhas de abrir para fora, uma tipologia ainda comum no último piso (rua do Mercado).

Fig. 5.22 - Janela com cantaria em arco ogival e cachorros encastrados (ruinha da Judiaria).

